

SESSÕES DO PLENÁRIO

18ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2 de maio de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARIA DEL CARMEN (1º SECRETÁRIA)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial de lançamento da Frente Parlamentar em defesa das cidades, das engenharias e dos órgãos e afins, proposta pela deputada Maria del Carmen.

Convido para compor à Mesa, o deputado Marcelino Galo (palmas); Convido o Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Antônio Carlos Figueiredo Dultra, que neste ato representa o governador do estado (palmas); Convido o Sr. Deputado Federal pelo estado de São Paulo e presidente da Frente Parlamentar pela Reforma Urbana, Paulo Teixeira (palmas); Convido o Senhor Deputado Federal, Nelson Pelegrino (palmas); Convido o Sr. Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia - Crea, Luís Edmundo Prado de Campos (palmas); Convido o Sr. Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí que nos visita, e agradecendo a sua presença, Raimundo Ulisses de Oliveira Filho (palmas); Convido a Sr.^a Presidenta do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Solange Souza Araújo (palmas); Convido o Sr. Presidente do Sindicato dos Engenheiros da Bahia, meu amigo Ubiratan Félix (Palmas); Convido a Sr.^a Professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA e a coordenadora da Residência em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia, arquiteta Angela Gordilho (palmas); Convido a Sr.^a Presidenta do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia, Gilcinéa Barbosa da Conceição (palmas); Convido a Sr.^a Coordenadora da Defensoria Pública e Especializada Cível e do Consumidor, Ariana de Souza Silva, representando o defensor público-geral, Rafson Saraiva Ximenes; Convido a minha querida amiga vereadora da Cidade de Salvador, Marta Rodrigues, que representa aqui os vereadores de Salvador (palmas); Convido o Sr. Superintendente do Patrimônio da União na Bahia, Salomão José de Santana (palmas); Convido a Sr.^a Coordenadora Nacional da União por Moradia Popular, que representa o movimento social no Conselho das Cidades, Marli Carrara (palmas); Convido a Sr.^a Representante do Fórum de Pós-Ocupação do Programa Minha Casa Minha Vida, Raquel Rodrigues (palmas); e convido o Sr. Coordenador do BrCidades, Vinícius Rafael Viana (palmas).

Queria ler aqui uma correspondência encaminhada pelo presidente desta Casa, o deputado Nelson Leal, também profissional da área da engenharia.

(Lê) “Frente Parlamentar em Defesa das Cidades e das Engenharias.

Neste momento, caríssima deputada Maria Del Carmen, proponente desta Frente Parlamentar em Defesa das Cidades e das Engenharias, volto aos meus tempos de Universidade Católica, quando concluí a minha graduação em Engenharia Civil.

A vida acabou me levando para a construção de um outro edifício, também sólido e estruturado, capaz de abrigar as causas mais nobres das pessoas e da sociedade, que é a política.

E justamente só por causa de compromissos políticos no interior da Bahia, percorrendo 25 municípios até domingo, é que não me incorporo, agora, neste momento, nas fileiras deste movimento vivo, e extremamente necessário, em razão da atual conjuntura política do nosso país.

Neste instante não estou presente fisicamente na Assembleia Legislativa da Bahia, mas contem com o meu empenho e a minha colaboração para que a Frente Parlamentar em Defesa das Cidades e das Engenharias seja um sucesso e mais uma trincheira em defesa da democracia e da nossa liberdade.

"Que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz".

Boa sessão a todos. Belíssimo trabalho, querida Maria”

Convido a todos os presentes para ouvirmos a execução do Hino Nacional.

Agradecendo a presença de todos e todas e peço aqui ao meu colega e amigo deputado Marcelino Galo para ocupar o meu lugar enquanto eu faço o meu pronunciamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Com a palavra a proponente da sessão a engenheira Maria del Carmen. (Palmas)

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN LULA: Gostaria de iniciar agradecendo, mais uma vez, a todas e todos que aqui vieram nesta tarde prestigiar este ato de instalação da Frente Parlamentar em Defesa das Cidades, em defesa das engenharias, que têm sido uma das profissões mais castigadas nesse processo que estamos vivendo no Brasil, em defesa também das outras categorias profissionais que são afins às engenharias.

Essa Frente, que já era uma outra Frente que tínhamos instalado aqui nesta Casa, se completa agora na defesa também com a defesa das cidades, colocando no seu nome, já que é tão necessário neste momento essa ação.

Quero saudar a Mesa em nome do nosso hoje convidado para vir aqui falar, que coordena a Frente Nacional do Congresso Nacional, deputado Paulo Teixeira, que está aqui para fazer a nossa palestra maior desta tarde.

(Lê): “A criação da Frente se deu por dois objetivos principais: de ampliar as discussões na Casa sobre a questão urbana brasileira e baiana; e de trazer a pauta da defesa da engenharia, da arquitetura, da agronomia e das demais carreiras tecnológicas para esta Casa.

A Frente Parlamentar em Defesa das Cidades e das Engenharias da Bahia servirá para promover e ampliar as ações e debates na Casa sobre a questão urbana - sob a perspectiva de defesa do direito à cidade, dos direitos humanos e sociais, bem como na defesa das categorias profissionais que ajudam em seu desenvolvimento.

Sabemos que os profissionais da Arquitetura, do Urbanismo e das Engenharias, profissionais os quais essa Frente Parlamentar tem o objetivo de atuar em conjunto, e têm um papel importante na formulação das políticas, programas e projetos para a cidade

E por falar nos profissionais da engenharia, gostaria antes de pedir a todas as pessoas presentes uma salva de palmas em comemoração aos 85 anos de existência do CREA/BA, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.”

(Salva de palmas)

E nós já estamos propondo, presidente, que seja realizada uma sessão especial nesta Casa para comemorar esses 85 anos com V. Ex.^a e os demais membros do CREA/BA.

(Lê): “Porém, apesar da reconhecida importância que esses profissionais desempenham sobre a política urbana, nós defendemos que as cidades têm que ser vistas e pensadas de forma ampla, multidisciplinar.

As ciências humanas e sociais, bem como o pensamento filosófico, diferente do que pensa o atual governo federal, tem papel fundamental na produção das nossas cidades, e da nossa sociedade. Por essa razão, nós defensoras da Reforma Urbana, repudiamos as declarações e medidas do presidente de subestimar e de cortar recursos para essas áreas. O presidente ainda anunciou o corte de 30% dos recursos, por motivos de "balbúrdia", para três das melhores Universidades Federais desse país, A UFBA - Universidade Federal da Bahia, a UFF - Universidade Federal Fluminense, e a UnB - Universidade de Brasília.

Diante de tudo o que estamos assistindo, a Frente Parlamentar em Defesa das Cidades e das Engenharias, além de sua atuação nas ações legislativas, e de fiscalizar e acompanhar a elaboração e execução da política urbana no estado da Bahia, terá também por objetivo promover debates e discussões.

Nosso objetivo também é o de fortalecer a luta e atuação dos movimentos sociais e comunidades através da assistência técnica e da mediação de assuntos entre sociedade civil, entidades e governo. Esse foi um compromisso que firmamos com os movimentos sociais, militantes, entidades técnicas, universidades, e que daremos continuidade através da Frente. A luta pela defesa das cidades foi um dos compromissos que assumi como militante há 44 anos, e que dei continuidade através dos meus mandatos como parlamentar aqui na Assembleia.

Quando assumi o mandato como deputada no ano de 2011, identificamos que, diferente dos legislativos federal e da maioria dos municipais, a Assembleia Legislativa da Bahia não possuía em sua estrutura de comissões a que realizasse a discussão sobre a política urbana.

E ao falarmos aqui sobre política e reforma urbana, gostaria de pedir a todos, uma salva de palmas para Zezéu Ribeiro e para a sua trajetória, que nos inspira a continuar e a guiar a nossa luta. (Palmas)

Em 2011, batalhamos e criamos a Subcomissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA, subordinada a Comissão Permanente de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, e com dois anos de duração (2011-2012).

Fundada em 2012, e com reconhecida atuação dentro da ALBA e na política urbana da Bahia, conseguimos aprovar, no ano de 2013 e com o apoio de muitas das pessoas, movimentos e entidades aqui presentes, meus colegas deputados estaduais que aceitaram e concordaram e assinaram o documento de criação, a criação em caráter especial da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano, a Cedurb.

Fui presidente da Cedurb entre os anos de 2013 a 2018. Nosso mandato trouxe para dentro da ALBA a discussão sobre a política urbana, a luta dos movimentos sociais urbanos, a luta pela moradia. Trouxemos entidades técnicas e profissionais como o CREA, o CAU, a SBU, o IAB, o Senge e as universidades para o debate sobre as cidades. Ocupamos a ALBA com a luta pela reforma urbana. Já criada e funcionando a Cedurb, assumimos outros desafios para os próximos quatro anos.

O primeiro desafio é o de ampliar cada vez mais a discussão sobre o direito à cidade na ALBA, e contamos com o apoio de todos. De todos que estão aqui e outros que queiram se juntar a nós, para que a Frente desempenhe esse papel e se some à atuação da Comissão de Desenvolvimento Urbano, hoje existente.

Outro desafio é para que essa discussão, da reforma urbana e do direito à cidade na ALBA, não assuma mais o caráter de especial ou de temporária. Precisamos que seja uma discussão permanente e priorizada. Para isso, mesmo não estando mais na presidência da Cedurb, lutaremos para que ela se torne uma das comissões permanentes da Assembleia Legislativa. E para isso eu espero ter o apoio dos meus colegas, e aqui o deputado Marcelino, o deputado Robinson, que estava aqui conosco, o deputado Osni, e os demais colegas deputados (Palmas). Temos certeza de que alcançaremos esse objetivo.

Esses desafios parecem pequenos se pararmos para olhar a nossa conjuntura política nacional. As nossas cidades, agora mais do que nunca, precisam ser defendidas. Estamos assistindo ao desmonte rápido e sistemático do que se levou anos para se conquistar, de políticas e direitos sociais no nosso país.

Nosso Ministério das Cidades, criado em 2003 na gestão do presidente Lula, foi extinto. O Ministério das Cidades foi criado por demanda dos movimentos sociais e setores técnicos importantes do nosso país, que travaram lutas históricas para a melhoria das cidades brasileiras. O Ministério das Cidades foi criado para enfrentar um dos mais graves problemas do nosso país: a precariedade das condições de vida nas cidades brasileiras.

Era responsável por políticas urbanas como as de habitação social, mobilidade urbana e saneamento - e por programas como o Minha Casa, Minha Vida, PAC Urbanização, PAC Mobilidade, entre outros. O Ministério das Cidades cumpria funções importantes para o país, criou de marcos regulatórios e institucionais para as cidades, implementou políticas públicas, programas de integração nacional das esferas federal, estadual e municipal. Era responsável pela elaboração de pesquisas e geração de dados, bem como sobre a transparência das ações e gastos públicos. Tinha

o papel importante de prestar assistência a municípios pequenos que não possuíam estrutura para formular suas próprias políticas.

Da mesma forma como extinguiu o Ministério das Cidades, o governo federal extinguiu todos os conselhos, comitês e grupos institucionais que não foram criados através de lei. E, entre eles, o nosso Conselho Nacional das Cidades – que foi também incluído dentre esses que estão sendo extintos e que nós acreditamos, já que o Estatuto das Cidades estabelece lá a exigência da participação e a destruição do seu marco popular e a necessidade da criação de espaço de debate e discussão sobre os temas que talvez possam ser considerados como inconstitucionais. E é essa luta que devemos todos nós encampar para que esse nosso conselho tão importante possa garantir a participação institucional da sociedade civil e dos demais setores da política urbano não seja realmente retirado da nossa ação.

Sobre esse assunto, realizaremos uma audiência pública aqui na ALBA para debatermos o tema, e criarmos resistência a essa medida autoritária. A audiência terá por tema: A extinção dos conselhos sociais: ameaças a participação popular pelo autoritarismo do governo federal.

Contaremos com a participação de representantes de conselhos estaduais e municipais, estarão todos convidados para no dia 16 de maio, às 9h, participar desse debate também pela importância que tem o nosso conselho.

Outra medida autoritária e conservadora do governo federal é o de esvaziar os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, forçando o seu fim. O Programa Minha Casa Minha Vida foi o maior produtor de habitação social da história do país, onde a habitação chegou para a população mais carente. Na Bahia foram entregues cerca de 280 mil unidades, sendo 18 mil só em Salvador. Atualmente, também estamos resistindo a privatização da água, do saneamento e a destruição do seu marco regulatório.”

Hoje pela manhã, o professor Moraes, ele deve estar por aqui ainda pois ele estava aqui numa reunião promovida pelo deputado Marcelino Galo, um forte abraço para ele. Ele esteve num debate, numa discussão com os companheiros do Sindae sobre mais essa ameaça que paira sobre nós.

“Estamos enfrentando um processo que resultará no enfraquecimento das empresas públicas de saneamento, como a Embasa. Essa medida ainda impactará fortemente os municípios de menor porte e em maior situação de vulnerabilidade, os quais ficarão à mercê da atratividade do interesse privado ou até mesmo do próprio município em oferecer o serviço.

Podemos ainda citar ameaças de violação ao direito reconquistado de comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas, movimentos rurais e de reforma agrária, entre diversas outras violações e agressões aos direitos humanos e sociais conquistados.

Ontem foi o dia 1º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, e não podemos deixar de falar sobre a Reforma da Previdência proposta pelo governo federal.”

Um 1º de maio onde se oferece aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras a perspectiva de uma reforma na previdência de retirar direitos já assegurados a todos os trabalhadores e trabalhadoras.

“Essa reforma se configura como um ataque direto as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Impacta, sobretudo, a vida das mulheres, dos educadores, dos trabalhadores rurais e das pessoas idosas. A Reforma da Previdência não combaterá privilégios e sacrificará os mais vulneráveis alargando as desigualdades sociais e de gênero.

Precisamos assumir que a luta pelo direito à cidade, agora mais do que nunca, também é uma luta pela democracia. Uma luta por direitos humanos e por direito a vida.

Gostaria de lembrar a realização do Fórum Social Mundial na Cidade de Salvador, em março de 2018. No qual esteve presente o nosso presidente Lula, hoje preso político, e que nos emocionou com seu discurso no estádio lotado de Pituaçu, e a quem eu peço uma saudação desse plenário.

Lula Livre!” (Palmas.)

No Fórum Social Mundial organizamos uma mesa de discussão intitulada “Cidade para todos e todas: as administrações de esquerda como trincheiras na luta pela democratização do espaço urbano”. Estavam presentes o deputado federal, Paulo Teixeira (PT-SP); a deputada federal, Luizianne Lins (PT-Ce); a prefeita, Moema Gramacho (PT-Ba); Washington Quaquá (PT-RJ) e Whelton Pimentel, Leleco (PT-MG).

Na oportunidade, apresentamos um manifesto para criação de uma articulação nacional do Partido dos Trabalhadores em defesa do direito à cidade. Batizamos de Articulação Zezéu Ribeiro pela Reforma Urbana. Precisamos nos unir nacionalmente, estarmos fortes para o enfrentamento do conservadorismo desastrado que se instalou no nosso país e que ameaça as nossas cidades.

Nós temos muito aprender com muito que passaram e que temos muito a mostrar.

As experiências de Fernando Haddad em São Paulo, Luizianne Lins em Fortaleza, Moema Gramacho em Lauro de Freitas, Washington Quaquá em Maricá, as propostas de Zezéu Ribeiro de locação social, assistência técnica e tantas outras, nos mostram que cidades melhores são possíveis e desejáveis.

E que alcançaremos através de uma articulação sólida, de luta, na qual gestores, movimentos sociais, todas as pessoas se unem em prol do desejo que nos move, o de cidades melhores e mais justas.

Nós, aqui presentes, nos conhecemos da luta. Somos militantes da reforma urbana, militantes do direito à cidade, militante do direito de viver com qualidade nas cidades, independentemente de sua cor, de seu gênero, de sua religião, de sua sexualidade ou de sua nacionalidade. Apesar de às vezes divergimos em algumas opiniões, sempre nos unimos para lutar por nossas cidades, contra o mercado imobiliário, contra a propriedade acima do direito à moradia.

É desse lugar que muitos e muitas de nós nos conhecemos e sempre estivemos juntas. E muitas de nós nos reencontramos e demos os braços novamente para luta pela democracia.

Nós da Bahia, junto com os demais estados do Nordeste, mostramos mais uma vez ao resto do país que somos resistência. Que a nossa luta diária para sobreviver na desigualdade regional do país nos deixou prontos e prontas para enfrentar nas urnas o fascismo, o conservadorismo e a todas as ameaças a democracia que esse governo, de hoje, no Brasil, representa.

Nós da Bahia somos pioneiros em vários campos da luta pelo direito à cidade. Temos o primeiro curso de Urbanismo do país, da Universidade Estadual da Bahia. Criamos o primeiro núcleo da Defensoria Pública do Estado da Bahia para atuar na defesa do direito a cidade de comunidades e coletivos vulneráveis. Criamos e mantemos o único fórum para lidar com os problemas de pós-ocupação do Programa Minha Casa Minha Vida em Salvador e Região Metropolitana, experiência modelo e exemplo, coordenada pela CAIXA.

Historicamente o Nordeste foi estigmatizado como lugar de beleza natural ou por sua pobreza econômica estruturada e mantida. Apesar de pioneiros em várias lutas, nunca o nosso povo foi reconhecido social, econômica e politicamente pelo restante do país.

Rompemos com esse estigma, nas urnas, de 2018. Mostramos ao país, e para eles, que somos a uma região que também orienta a resistência política nesse país.

Precisamos tomar isso como bandeira, e reconhecermos essa força política que há em nós.

Fomos, somos e sempre seremos resistência ao fascismo e ao autoritarismo.

Citando e parafraseando o Hino da Bahia: “com tiranos não combinam brasileiros e baianos corações”.

Não ao fascismo! Não ao conservadorismo! Marielle e Anderson presentes! Mestre Moa, presente! Zezéu Ribeiro, presente! Lula presente e livre! Reforma Urbana, já!” (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Passo a presidência à proponente da sessão, deputada Maria del Carmen.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Registro a presença e agradeço aos deputados Osni, Robinson Almeida, Olívia Santana, o vereador Marcos, considerem-se na Mesa, a Mesa está tão ampla. Isso vale também para Osni, Robinson e Marcos.

Concedo a palavra ao deputado Paulo Teixeira, convidado nosso para falar sobre esse tema.

O Sr. PAULO TEIXEIRA: Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Eu começo agradecendo a oportunidade de falar aqui, na Assembleia Legislativa da Bahia. Agradeço a deputada Maria del Carmen, presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Cidades e da Engenharia. Cumprimento a todos os membros da Mesa; permitam-me cumprimentar, em nome do meu colega deputado Nelson Pelegrino, colega, amigo querido, que tão bem faz ao Congresso Nacional com a representação de altíssimo nível da Bahia no plano nacional. Quero também cumprimentar os parlamentares aqui presentes, deputado Marcelino Galo, deputada Olívia Santana, deputado Marcos, deputado Robinson Almeida, que foi também nosso colega no Congresso Nacional e que hoje exerce aqui o mandato de deputado estadual; cumprimento todos os membros da Mesa e gostaria de um cumprimento especial a essas companheiras aqui, Ana Dalva e Manoela, e também os representantes do Movimento de Moradia. Hoje eu tive a oportunidade de conhecer uma experiência de moradia de entidades aqui e quero dizer da importância desse trabalho que vocês estão fazendo através da União dos Movimentos de Moradia aqui. (Palmas) Marli Carvalho também a cumprimento. E cumprimento também Engenharia e Arquitetura aqui da nossa querida Bahia.

Eu acho que depois do discurso da Maria del Carmen ficou muito pouco para eu falar. Talvez eu tenha que repassar os aspectos que ela trouxe numa fala tão rica e tão importante.

E eu começo a minha fala homenageando aquele que talvez tenha sido a maior expressão do tema da política urbana, da defesa das cidades sustentáveis, incluídas, democráticas, que me inspirou todo o sempre que foi Zezéu Ribeiro. (Palmas) Presto aqui a homenagem a ele que é um espírito presente naquele Congresso Nacional e na luta urbana brasileira. É difícil falar dos últimos 20 anos da luta urbana sem lembrar do nome de Zezéu Ribeiro. Zezéu Ribeiro deu um show no Congresso Nacional e continua vivo entre nós. E presto aqui então a minha homenagem a esse grande baiano e grande brasileiro que é Zezéu Ribeiro.

Quero dizer que sou um deputado paulista/baiano porque todo o trabalho político que faço, há 40 anos, em São Paulo é um trabalho político que é muito próximo dos baianos que vivem em São Paulo. São Paulo deve ao Nordeste. São Paulo deve à Bahia. E eu tive a oportunidade de, junto aos baianos, junto aos nordestinos, fazer um trabalho de luta, de humanização, de democratização da política em São Paulo junto aos nordestinos que daqui saíram e ajudaram a construir aquela cidade que é uma cidade brasileira, uma cidade nordestina, é uma cidade que acolheu a todos e que deve muito a todos.

Em São Paulo pude exercer a função de vereador. Fui subprefeito de Luiza Erundina, uma paraibana; fui deputado estadual, secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano da cidade de São Paulo. Eu já estou no quarto mandato de deputado federal.

Mas posso dizer que a minha construção de vida e a construção política se deram muito com o povo nordestino, pois ele é o grande construtor daquela grande cidade, que é a cidade de São Paulo.

Queria repassar este belo discurso e está bela oratória da deputada Maria del Carmen. Quando se fala de desmonte das políticas públicas, nós temos de lembrar o que havia no lugar deste desmonte, o que está sendo desmontado, o que está sendo destruído.

Nós tivemos um período de 14 anos de governos que desenvolveram este país. Lula foi o presidente durante 8 anos; e Dilma, durante 6 anos. A política urbana foi construída a partir de alguns fundamentos, de algumas propostas, de algumas políticas. Essas políticas estão, agora, em questão e estão sendo desmontadas desde o período do governo Temer e continuam neste governo de Jair Bolsonaro.

Quais foram essas políticas?

Em primeiro lugar, há a ideia de que o Brasil precisa crescer, crescer com geração de emprego, distribuição de renda e investimentos nas cidades. E foi assim que, nos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma, havia uma política muito importante de valorização do salário mínimo. O salário mínimo valorizou até 70%. E ele foi importante processo de distribuição de renda. E não só um processo de distribuição de renda, mas a inclusão dos trabalhadores no mercado de consumo de massas. Ao incluir os trabalhadores no mercado de consumo de massas, ativou toda a economia, ativou a indústria.

Nós tivemos uma geração de 20 milhões de empregos com carteira assinada. Não se falava, àquele tempo, em tirar direitos. Não tinha essa antinomia entre emprego e direitos. Não. Aquele foi um período de geração de empregos e de conquista de direitos. Nós tivemos esse como um processo que gerou um motor de crescimento para o Brasil. Esta é uma política que está sendo desmontada.

Recentemente, Jair Bolsonaro revogou a lei de valorização do salário mínimo. O salário mínimo, antes, tinha dois componentes de correção. O primeiro componente era a inflação. O segundo componente era o PIB, pois o crescimento do PIB era incorporado ao salário. Acabou esse crescimento do PIB incorporado ao salário.

Portanto, o salário mínimo será, apenas, corrigido pela inflação. Isso desmonta um dos pilares de um processo de distribuição de renda que gerou uma dinâmica nas cidades muito importante de criação de empregos. Nós chegamos a determinadas categorias de pleno emprego durante aquele período, pois o desemprego chegava em torno de 4%.

O desmonte dessa política não se deu só através do desmonte da política de valorização do salário mínimo, mas se deu, também, através da reforma trabalhista. A reforma trabalhista deprimiu, profundamente, os salários no Brasil. Muitas pessoas passaram a ganhar muito menos. Muitos dos empregos ofertados foram pouquíssimos e foram ofertados de maneira precária.

Eles tinham uma promessa. Mas a promessa deles era, bem, assim: “Tirem a Dilma que o Brasil vai crescer e vai gerar emprego.” A Dilma foi tirada. O Brasil não cresceu e não gerou empregos! Depois disseram: “Vamos fazer a reforma trabalhista porque, através da reforma trabalhista, o Brasil vai gerar empregos e vai crescer.” Foi feita a reforma trabalhista. O Brasil não gerou empregos e não cresceu.

A terceira política que eles adotaram foi a política da Emenda Constitucional n.º 95. A política da Emenda Constitucional n.º 95 é como se um maratonista colocasse uma camisa de força para enfrentar a maratona e, certamente, ele não conseguiria chegar ao seu objetivo. O que eles fizeram? Congelaram os gastos públicos.

E, antes, através dos investimentos públicos, a partir de 2005, nós tivemos um crescimento muito expressivo no Brasil e com muita incidência na cidade. Esse crescimento se deu, basicamente, através de quatro componentes que incidiram nas cidades.

O primeiro componente é a produção de energia, porque as cidades consomem energia.

O segundo componente é o da infraestrutura, pois muito dessa infraestrutura foi nas áreas urbana, transportes públicos, por exemplo. Aqui, em Salvador, nós tivemos a ampliação da rede metroviária. Portanto, nós tivemos os investimentos públicos. Todas as cidades brasileiras tiveram VLTs ou BRTs ou a ampliação dos seus sistemas de trens e de metrô. O investimento público foi muito importante para garantir uma maior mobilidade nas cidades.

O terceiro componente foi o saneamento básico. Nós temos uma cobertura baixíssima de saneamento básico no Brasil e irrisória em termos de tratamento do saneamento básico. E, ali, houve investimento muito importante em saneamento básico.

O quarto componente foi a moradia popular através do Programa Minha Casa Minha Vida. O Bira conhece. Foram produzidas 3,5 milhões de unidades habitacionais no Brasil pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Todos sabem que a construção civil é uma forte geradora de empregos, principalmente, de mão de obra com baixa qualificação.

Assim, eles desmontaram, através da Emenda Constitucional n.º 95, o investimento público que gerou o crescimento naquele período anterior.

Então, estamos em um momento em que o Estado brasileiro, quer dizer, todo o excedente gerado não vai para investimento público, mas todo excedente gerado, no Estado brasileiro, vai para o pagamento da dívida pública e não para as áreas de investimento em infraestrutura, energia, saneamento e moradia.

Portanto, houve uma grande quebra daquele fluxo de investimentos públicos. Todos os processos de estabilização da economia foram quebrados.

O que houve a partir de 2015? Foi a desestabilização proposital da política e da economia para derrubar o governo.

Portanto, esses foram os processos que ajudaram a desmontar aquele processo que vinha de investimento.

E, em terceiro lugar, há a institucionalidade que foi organizada para enfrentar os temas das cidades como o Ministério das Cidades, não é? Foi o presidente Lula em 2003 quem criou o Ministério das Cidades. O Ministério das Cidades incorporou

várias políticas urbanas de transportes, mobilidade, habitação, regularização fundiária e saneamento básico.

Então, veio o governo Bolsonaro e extingue o Ministério das Cidades ao diluir esta instituição dentro do Ministério da Integração Nacional.

E, aí, o que acontece? O ministro não sabe tratar dos temas urbanos, não conhece os temas urbanos. De um lado, ele não tem orçamento; de outro lado, não tem foco nas temáticas urbanas.

Nós estávamos acumulando um conhecimento nas temáticas urbanas. É verdade que nós tínhamos de fazer um outro ciclo de aperfeiçoamento dessas políticas. Por exemplo, nós tínhamos de ter um ciclo de maior controle do preço da terra a partir de um conhecimento dos municípios na gestão urbana municipal, no seu plano diretor, para punir a especulação imobiliária ou tirar os ganhos da atividade imobiliária para os movimentos sociais.

Na Europa, é comum, hoje, que o mercado imobiliário destine parte da sua produção para a habitação popular. Nós deveríamos ter caminhado para essa direção. Nós deveríamos ter caminhado para a direção de uma melhoria, uma capacitação maior das prefeituras para trabalhar com o plano diretor, a fim de conseguir maiores resultados em relação à atividade imobiliária.

Mas não foi isso o que nós conseguimos neste momento, não só não conseguimos dar um passo à frente como estamos vivendo um retrocesso.

Nós, também, estávamos em um momento de discutir como inserir essas moradias populares mais dentro das cidades para quebrar o processo de construção periférica das cidades. Portanto, nós estávamos pensando como dar saltos nessa direção e não conseguimos. Não conseguimos um novo desenho urbano para o Programa Minha Casa Minha Vida com a introdução do comércio, dos serviços, melhor, introdução desses pensamentos que seriam, certamente, adotados num outro ciclo de produção do Minha Casa Minha Vida.

Mas o que nós estamos vivendo hoje não é a exploração dos novos territórios que dariam mais condições para os habitantes das cidades viverem melhor. Nós estamos vivendo um retrocesso, não é? Este retrocesso, ele vive, hoje, inclusive, no tema da segurança pública.

Ao invés de se discutir, no Brasil, hoje, como o Estado conquista os territórios, o que se discute, no Brasil, hoje, é o fortalecimento das milícias nos territórios urbanos.

Como exemplo, há o próprio vínculo da família do presidente da República com as milícias do Rio de Janeiro.

Essa ideia da autodefesa vai destruir as forças de segurança pública e criar uma situação de maior violência na sociedade brasileira.

Quanto ao projeto oriundo do Moro, este projeto, em minha opinião, deveria ser chamado de projeto pró-crime e não anticrime. O Nelson Pelegrino vem refletindo muito sobre este tema. Ele libera as forças policiais para a violência e não para conter

a violência, mas para colocá-las debaixo da lei. Assim, nós estamos vivendo tempos difíceis.

Aqui, além dos movimentos de moradia e de parlamentares, estou vendo pessoas da engenharia e da arquitetura. No tempo do crescimento econômico, entre 2005 e 2011, nós não tínhamos engenheiros para contratar. Nós estávamos vivendo um processo de quase pleno emprego na engenharia, repito, pleno emprego.

No momento anterior, o engenheiro era mais contratado por instituições financeiras. O sujeito se formava em uma boa universidade e, então, ia para o sistema financeiro, para os bancos, para montar alguma arquitetura financeira, para ganhar mais dinheiro para os bancos.

No momento seguinte, os engenheiros foram contratados por empresas de engenharia, por construtoras, por empresas de consultoria. Enfim, nós tivemos um *boom* no mercado do trabalho da engenharia e da arquitetura.

Agora, nós estamos vivendo, de novo, aquele péssimo momento de um alto desemprego nas atividades da engenharia e da arquitetura.

Nós, sempre, pensamos em cidades sustentáveis, cidades incluídas, cidades democráticas.

O que fez o governo Bolsonaro? Ele extinguiu todos os conselhos existentes.

Isso não só é uma péssima notícia para as políticas nacionais. Por exemplo, o Conselho das Cidades foi quem pautou as políticas urbanas nesse período, e ele foi extinto. Isso, também, é um péssimo exemplo para os municípios. O que vai dizer um prefeito neste ciclo? O prefeito vai dizer: “Olha, eu não preciso promover a participação popular, porque o governo federal é um péssimo exemplo.” O que nós estamos vivendo, hoje, é, exatamente, este retrocesso democrático.

Hoje, nós fomos ao Supremo Tribunal Federal. O deputado Nelson Pelegrino é signatário da Bancada do PT. Nós conseguimos uma liminar contra o decreto que extinguiu os conselhos. (Palmas) Eu espero que o Supremo Tribunal Federal determine o retorno dos conselhos, a fim de podermos tê-los de volta. Os conselhos são importantíssimos, pois ajudaram na construção dessas políticas públicas.

Por fim, nós precisamos repensar o tema urbano e colocá-lo em outro patamar. Eu concordo com a deputada Maria del Carmen quando ela faz uma dura crítica à proposta de reforma da Previdência do Bolsonaro. Reformar algo é sinônimo de melhorar. Reformar uma casa é melhorara casa. Reformar um prédio é melhorar o prédio. Só que o conteúdo da proposta de reforma da Previdência de Jair Bolsonaro não tem nenhuma indicação de melhora, repito, nenhuma.

Ele tem uma guerra midiática. Você liga a televisão, e eles estão dizendo o seguinte: “Se não fizer reforma da Previdência, não vai conseguir pagar os aposentados. Se não fizer reforma da Previdência, você inviabilizará o Estado brasileiro.”

E nós estamos, hoje, com a ideia, exatamente, oposta, qual seja, se se fizer esta reforma da Previdência, não vai conseguir pagar os aposentados.

Digo isso, porque eles estão tirando os jovens que entrarão na Previdência pública para pagar a aposentadoria dos aposentados. Eles estão tirando os jovens da Previdência pública e estão levando esses mesmos jovens para a aposentadoria privada através do processo de capitalização.

Isso é um páreo de como a Previdência fosse uma corrida de revezamento de bastão. Eles estão tirando da raia quem vem entregar o bastão.

Ora, então, nós temos de dizer o seguinte. Se se fizer esta reforma da Previdência, deputada Maria del Carmen, deputado Marcelino, aí, sim, não vai se conseguir pagar o aposentado, porque você está tirando quem vai pagar o aposentado e levando para o sistema de capitalização!

O sistema brasileiro de aposentadoria pública é tripartite. Quem contribui? São o trabalhador, o empregador e o Estado. Eles estão tirando o empregador e o Estado. A aposentadoria vai ser resultado do que você depositar, corrigido. Portanto, não vai mais atingir o piso que é de um salário mínimo! Daqui a 30 ou 40 anos, existirão aposentados que receberão R\$ 400,00. Isso aconteceu no Chile.

Portanto, para a gente, o que eles estão prometendo é uma coisa, mas vão entregar uma velhice de miseráveis para o Brasil, o que não é o fato brasileiro. O brasileiro tem proteção na velhice, seja pelo sistema de Previdência, seja pelo sistema de assistência.

E eles vão acabar com a renda das cidades. Por que vão acabar com a renda das cidades? Porque a principal renda que circula na economia de 80% das cidades brasileiras vem da Previdência Social. Se eles tiram o direito ao benefício de proteção continuada, se eles tiram o direito à aposentadoria rural e se eles mexem nas pessoas que ganham de um a dois salários mínimos, eles vão inviabilizar 80% das cidades brasileiras.

Portanto, o nosso tema é a defesa das cidades. Nós não podemos admitir esta reforma da Previdência, porque ela só atinge os mais pobres. Ela fala em privilégios, mas se esquece dos privilegiados. Ela pega mesmo no coro do povo trabalhador que recebe até dois salários mínimos quando tira, por exemplo, o abono salarial para quem recebe até dois salários mínimos.

Quando exige o tempo de contribuição para receber a aposentadoria integral de 40 anos, essa reforma, na verdade, está dizendo o seguinte para o povo brasileiro: “Você não vai aposentar com aposentadoria integral!”

Vejam, contribuição durante 40 anos, na verdade, são 53 anos, porque o povo brasileiro, da forma como se dá o mercado de trabalho, ele trabalha 1 ano e contribui 9 meses! Portanto, para se contribuir para uma aposentadoria durante 40 anos, a pessoa terá de trabalhar durante 53 anos para sua contribuição. Então é dizer para o povo: “Você não vai ter aposentadoria integral!”

Quando aumenta a aposentadoria de 15 para 20 anos, se está dizendo: “Você não vai acessar a aposentadoria.” Quando eles aumentam o tempo de idade para 65 anos, isso é o mesmo que dizer o seguinte para uma parcela do povo brasileiro: “Você não terá a sua aposentadoria.”

E a repercussão sobre as cidades é devastadora!

Por isso, nós temos de dizer: “Olha, se quiserem mexer com privilégios, contem conosco. Se quiserem mudar a reforma trabalhista, contem conosco. Se quiserem cobrar os devedores, contem conosco. Se quiserem tirar as desonerações, contem conosco. Se quiserem promover o mesmo regime para civis e militares, contem conosco. Se quiserem diminuir a “pejotização”, contem conosco.”

Agora, não contem conosco para tirar direito dos mais pobres! (Palmas)

Nós vamos estar na outra parte da luta. Por isso, nós vamos estar, neste semestre, contra a reforma da Previdência Social junto com o povo brasileiro!

Para vocês, eu termino dizendo que este tempo, no Brasil, precisa da gente. Este tempo, no Brasil, precisa daquela pessoa que tem paciência, daquela pessoa que tem persistência, daquela pessoa que tem resiliência, daquela pessoa que tem perspectiva de lutas a médio e longo prazo, porque nós precisamos derrotar este que é o maior atraso da vida política brasileira depois dos anos da ditadura militar. Nós estamos vivendo tempos de retrocessos e de trevas.

Vejam, o ministro da Educação, agora, disse que cortaria as verbas das universidades e cortou 30% das verbas da Universidade Federal da Bahia! O curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia foi o primeiro curso de Medicina do Brasil. É a mais antiga universidade do Brasil! Eles querem cortar recursos de cientistas, pesquisadores, universitários que são a esperança para esse País.

O que rege a cabeça deles é o anti-intelectualíssimo de um lado, ou seja, é a ideia de que a produção intelectual faz mal, porque eles não gostam dela. Por outro lado, eles querem um desconhecimento do campo universitário, mas, principalmente, um novo colonialismo, uma nova colonização.

Eles querem que o Brasil seja um país que não produza ciência e tecnologia, que não tenha inovação, que não tenha uma economia sofisticada. Eles querem o Brasil como exportador de carne, minério de ferro, soja, a fim de a gente comprar bagatelas do exterior, como eles sempre fazem. Quer dizer, eles beijam os pés dos americanos e dos países com mais alto grau de desenvolvimento!

Nós não queremos isso. Nós queremos um País altivo, soberano. Nós queremos continuar a estrada de construir uma potência, e não ser um país colonizado por esses países como eles colocaram.

Para vocês, eu termino dizendo que a esperança tem de ser a mola propulsora das nossas lutas para a gente poder ter cidades includentes, cidades democráticas, cidades sustentáveis, cidades capazes de despertar os talentos que estão no meio do povo brasileiro.

Ao mesmo tempo, temos a esperança de ter um país soberano, um país que as suas riquezas pertençam ao povo brasileiro, que sejam destinadas ao desenvolvimento do povo brasileiro, que invista em educação, ciências e tecnologia, que distribua renda e que distribua poder.

E, como diz Chico Buarque, apesar deles, ou seja, apesar de você, Bolsonaro, amanhã há de ser um novo dia!

Obrigado. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmem Lula): Bom, nós temos uma Mesa extensa e todos, aqui, têm o desejo, certamente, de usar a palavra. Por isso, eu peço, aos próximos oradores, restringir um pouco o tempo das suas falas.

Com a palavra o deputado Nelson Pelegrino pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. NELSON PELEGRINO: Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar a deputada Maria del Carmem, pois, além de presidir a Mesa, é dela a iniciativa da proposição desta sessão especial.

Gostaria de saudar todos os deputados e deputadas presentes e todos integrantes da Mesa. Saúdo o meu amigo e companheiro Paulo Teixeira e, ao mesmo tempo, gostaria de parabenizá-lo. Faço minhas as palavras de Paulo Teixeira, uma vez que, depois das intervenções de Maria del Carmen e dele, eu acho que ficou claro qual é o objetivo desta Frente Parlamentar.

Vivemos um tempo de retrocesso no Brasil. Nós temos um presidente da República inimigo da democracia, inimigo das minorias, inimigo da diversidade, inimigo de um país inclusivo. A visão de país do atual presidente da República, hoje, é uma visão das elites brasileiras, ou seja, um país para uma minoria.

Há uma população de 208 milhões de habitantes. Este presidente tem um projeto-nação para 40 milhões! Estes 40 milhões vão ter direito à moradia, vão ter direito ao emprego formal, vão ter direito à saúde com plano privado, a uma educação privada, carros com segurança, condomínios fechados. Eles poderão viajar uma vez por ano para o exterior.

Mas todo o mundo aqui sabe fazer conta. O Brasil tem 208 milhões de habitantes. E se este país for governado para, apenas, 40 milhões habitantes, a grande maioria está condenada ao subemprego, ao desemprego, à miséria, à pobreza, à violência dos grandes centros urbanos, principalmente na periferia.

A maioria está condenada a viver uma saúde cada vez mais precarizada, porque, como disse Paulo Teixeira, a Emenda Constitucional n.º 95 vai acabar com a saúde e a educação públicas, pois essas coisas já estão acabando. A Emenda Constitucional n.º 95 vai inviabilizar o investimento público.

No entanto, a recente história do Brasil mostrou que o caminho é diferente. O caminho é com inclusão, é com distribuição de renda e riqueza que a gente faz um país justo, que nós fazemos cidade justa. Já foi feito um resgate tanto da parte de Maria, quanto da parte de Paulo Teixeira.

Aprendi com a minha amiga Angela que, no Brasil, nas décadas de 1950-60, ocorreu o maior deslocamento das populações do interior para as grandes cidades criando grandes problemas urbanos. E nunca teve política de planejamento. Logo, esse deslocamento se deu de forma, totalmente, desorganizada, desordenada e criando graves problemas infraestruturais.

Quanto ao Ministério das Cidades, esse não foi só uma obra do presidente Lula, mas, também, foi um reconhecimento de toda uma vida de homens e de mulheres, como Angela, como Zezéu, outros urbanistas, arquitetos e engenheiros que pensaram em uma engenharia pública e em uma arquitetura pública inclusivas.

E presidente Lula veio coroar luta história ao criar o Ministério das Cidades. E, a partir do Ministério das Cidades, criou-se um conjunto de políticas públicas que começaram a cumprir esta lacuna com programas como o PAC, programas de infraestrutura, Minha Casa Minha Vida. Começou-se a pensar em saneamento público e mobilidade nas grandes cidades. Portanto, nós melhoramos a vida das pessoas. Esses investimentos infraestruturais geraram empregos, inclusive, na engenharia.

Eu me lembro de que Maria, quando presidente da Conder, ela tinha uma preocupação com a valorização. Angela, havia engenheiro que aceitava ganhar R\$ 1.800,00 na Conder com um carro e um auxílio alimentação. Não era, Maria? Depois, quando veio o PAC e gerou o *boom* do governo Lula. A gente tinha engenheiro ganhando 8, 9, 15 mil reais e não encontrava engenheiro para contratar. Então é com o crescimento econômico que a gente vai valorizar esta profissão. A engenharia pública é muito importante.

Vejo, agora, este episódio ocorrido na Muzenza, no Rio de Janeiro, naquela comunidade pobre. Evidentemente, tem a ver ali com milicianos, tenha a ver... Mas tem a ver com fiscalização, tem a ver com planejamento urbano, tem a ver com a capacidade de fazer a inclusão.

Por isso, eu acho bem-vinda esta iniciativa pensada no Fórum Social Mundial ao ter a ideia de homens e mulheres contrários a corrente, contrários ao que está acontecendo no Brasil e decidiram resistir e levantar a bandeira da valorização das cidades, da valorização das cidades inclusivas, das cidades com infraestrutura para que todos possam servir e poder servir da infraestrutura do serviço das cidades. Sem dúvida alguma, a engenharia tem um papel fundamental como a arquitetura neste planejamento.

Portanto, quero parabenizar a deputada Maria del Carmen, não só por esta iniciativa, mas, também, por levar adiante o legado do companheiro Zezéu Ribeiro, que não foi deputado nesta Casa, mas foi vereador de Salvador, foi deputado federal, e deu grandes contribuições nesta Casa também. Quantas e quantas vezes convidamos Zezéu para vir aqui trabalhar com a gente e apresentar sugestões?

Eu tenho muito orgulho, pois fui deputado estadual durante 8 anos.

A gente está na contramão deste período histórico, porque eu tenho certeza que este é um período curto, repito, um período curto. Eu tenho certeza de que o povo do Brasil é maior do que tudo isso. Mas há este retrocesso.

Quanto a esta longa noite que nós estamos vivendo, esta longa e escura noite, em breve, ela passará. Nós vamos ter a capacidade de voltar, novamente, a governar este país e governar como governou o maior presidente da história da República deste país, o companheiro Lula, com políticas públicas urbanas inclusivas e fazendo uma cidade para todos.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Convido, agora, para utilizar da palavra, o presidente do CREA, Luís Edmundo Prado de Campos. (Palmas)

O Sr. LUÍS EDMUNDO PRADO DE CAMPOS: Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da deputada Maria del Carmen, nossa colega engenheira civil; o público presente. Saúdo Lenaldo, presidente do IPB, pois há de se ressaltar que esta instituição foi a fundadora do curso de engenharia, em nosso estado, em 1896. Representando as mulheres, quero cumprimentar a minha primeira aluna, aqui presente, Luci, hoje, representando, também, o Sinduscon (palmas). Queria, também, cumprimentar os meus colegas do CREA, de nomes Eide, Leonel e Grace, nossos conselheiros e toda a minha equipe que ajuda a levar esse CREA para a frente.

Acho que é importante, Maria, neste momento contribuir. Estamos querendo fazer um CREA que seja protagonista da nossa parte de engenharia, agronomia e geociências e contribuir com esta Casa, em um momento importante que entendemos.... Eu digo que o momento atual não é um problema de engenharia, é um problema de falta de engenharia. Nós estamos tendo excesso de gestão e burocracia que tem levado este país a esta situação. Precisamos, deputado Paulo Teixeira e Pelegrino também, lembrar que é impossível fazer obras de engenharia com pregão. Engenharia não se compra como se fosse mercadoria barata e nós estamos vendo o grande prejuízo para o país, contratar pelo menor preço, uma empresa sem qualidade. Então, acho que isso é uma coisa importantíssima pela que nós temos que brigar. Não estou fazendo aqui proteção de preços de engenharia, estou falando de qualidade de obra, porque não podemos botar empresas desiguais competindo de forma igual e ganhando com preço aviltante que não consegue terminar a obra. Quanto está custando para o país esse preço dessas empresas fazendo esse trabalho?

Nós estamos no CREA também em um momento com diversas ações. Criamos 3 colégios.... nós temos que sair deste momento difícil e passar a limpo essa parte da engenharia e criarmos o colégio de empresas, o colégio de serviços públicos e o colégio de órgão de controle para ver como vamos sair deste momento. Cada um desses está lutando, vendo essa situação para que a gente possa passar a limpo e ter um país mais limpo, mais correto e que a gente não tenha essa degradação como existiu na engenharia.

Uma pena o que fizeram com a engenharia brasileira. Destruíram a engenharia brasileira, o mesmo não acontecendo com os bancos e outras organizações. Prejudicaram os dirigentes, eu acho que isso é o que deveria ser, mas preservaram as instituições. No caso da engenharia, destruíram a engenharia nacional e vai demorar muito tempo para a gente recuperar.

Temos também outras ações importantes, Maria, eu tenho procurado muito ir ao interior do estado, vendo com as prefeituras três pontos importantes. Fazer parcerias com as prefeituras, tentando fazer um processo de fiscalização e também

implementar o escritório de assistência técnica junto com as universidades, junto com as associações, nós estamos tentando fortalecer as associações. Então, com isso a gente gostaria de levar e eu queria, Gil, a sua parceria para junto o CREA, com o CAU, com os assistentes sociais e com o direito também. Nós dois podemos trabalhar juntos na parte de planejamento, mas na parte de comunicação com a sociedade são fundamentais as assistentes sociais e temos um problema sério de legalização fundiária e conflitos em que o direito pode nos ajudar muito. Então, acho que pelo menos essas quatro profissões podem estar juntas nesse escritório de assistência técnica, que eu tenho lutado para que a gente monte nas escolas de engenharia, agronomia e geociências o que acontece já em direito com as práticas jurídicas e acho que a gente vai conseguir fazer isso e atender principalmente aquela população de baixa renda.

Eu me lembro que estava visitando uma cidade e o prefeito me chamou para visitar as encostas no final da tarde e eu disse: “Ótimo, prefeito.” Ele sabendo que eu tenho uma paixão pela parte das encostas e fui na parte da tarde visitar as encostas. Eu disse para ele: “Prefeito, por favor me tire daqui, porque eu vou multar todas essas pessoas que eu estou apertando a mão. Está tudo irregular. Então, ao invés da gente trazer multa, pressão contrária ao senhor, por que a gente não traz uma engenharia, uma assistência técnica gratuita para atender essa população de baixa renda e transferir para ela um conhecimento maior ao invés de estar tratando com os problemas?”

Eu acho que tivemos uma audiência no dia 1º de abril, não é mentira, foi nessa data, com a Dr. Betânia, que comprou também essa causa e está trazendo um exemplo de Santa Catarina, pegando recursos de TAC lá da Defensoria Pública para aplicar na engenharia pública.

E aí é importante nessa engenharia pública ter também a regulamentação. Tivemos a Lei de Zezéu, muito boa, mas está faltando a regulamentação em nível federal, estadual e municipal. Roda nesta Casa aqui um processo e eu gostaria muito de contar com vocês, deputados, para ver como se pode fazer para oficializar, regulamentar a engenharia pública no nosso estado, e também em nível federal, deputados Paulo e Pelegrino, para ver como se pode colocar para que se possa realmente tornar realidade, aquilo que Zezéu pensou, porque infelizmente sem ter regulamentação não podemos ainda aplicar como deveríamos essa lei. Acho que ainda está capenga e se pode atuar.

Fico muito contente, Maria, de estar aqui com você e conte com o CREA para ser um defensor dessa parte, tem tantos assuntos para discutir junto com o CAU, não vendo o CAU como um inimigo e, sim, como um parceiro. Vamos fazer uma separação amigável, não é, Gil? A gente tem tido alguns problemas aí entre as duas, mas acho que a gente não pode competir, a gente tem que se complementar, não tem disputa entre a gente. As profissões se somam para o benefício do crescimento da sociedade e acho que isso é importante.

Temos muitos assuntos para discutir, inclusive no âmbito estadual e municipal também. Diversas obras que precisam ser mais debatidas na implantação para que tenha um desenvolvimento social para todos nós.

Agradeço a vocês e parabênizo Maria, Marcelino e os demais deputados que assinaram o documento para recriar essa frente parlamentar. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra à deputada Olívia Santana, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Bem, vou ser muito breve, apenas para saudar toda essa Mesa na figura da deputada Maria del Carmen que é a presidenta desta sessão, presidenta que teve essa iniciativa de composição e de formação da Frente Parlamentar em Defesa das Cidades e das Engenharias.

Eu quero também saudar o movimento popular, o movimento social, estou aqui vendo Tikão e outros militantes, mulheres e homens aqui organizados, (palmas) movimento MDMT, enfim, uma diversidade de movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade, deputado Nelson Pelegrino. E nós temos a vereadora Marta Rodrigues, que é extremamente atuante nessa pauta.

É muito importante que as casas legislativas acolham essa agenda, façam disso uma nova narrativa institucional que possibilite que as políticas públicas possam de fato chegar de uma maneira mais natural e não apenas como fruto da luta específica dos grupos organizados, mas que haja o entendimento mais coletivo de parlamentares em relação à importância estratégica desse tema.

Como muito bem falou o nosso presidente do CREA, o professor Luiz, ele se posicionou muito bem aqui em relação a uma questão que eu considero, deputada Maria del Carmen, dolorosa, que foi exatamente o desmonte das empresas nacionais.

A maneira como se fala da Odebrecht, depois dos escândalos, depois que a Lava Jato veio a atuar, é uma coisa como se a empresa fosse algo nefasto. Não se entende que a Odebrecht é um patrimônio nacional que deveria ser defendido, você combate e pune quem cometeu o ilícito, mas você preserva a instituição empresarial, a empresa é importante geradora de empregos.

Eu vejo, vi com muita dor a situação do estaleiro de Paraguaçu, aqui, tão importante para o desenvolvimento da Bahia. E a gente, de repente uma... a fala fica muito mais, digamos assim... uma narrativa demolidora. Na verdade, eu acredito, Ubiratan Félix, que foi meu colega na universidade, que a narrativa que a Lava Jato encampou é uma narrativa demolidora do patrimônio nacional. Com a justificativa de combate à corrupção se destrói o patrimônio nacional e se abre o caminho para empresas estrangeiras, que se utilizam também de mil artimanhas e artifícios, também enfrentam problema de corrupção... mas é que o estrangeiro... aquele papel colonialista, aquele papel do colonizado que se ajoelha ao capital externo, ao capital internacional.

Então, eu quero finalizar aqui a minha saudação dizendo que nós temos que lutar, sim, pelo Brasil, pela reconstrução da engenharia nacional, pelo resgate de uma pauta de moradia em nosso país, porque é doloroso ver o atual governo enterrando o programa Minha Casa Minha Vida. É um absurdo, é muito doloroso ver tanta gente sem moradia, lutando por morar. Agora mesmo a prefeita de Lauro de Freitas, esse final de semana, inaugurando a piscina ela dizia que há 800 unidades prontas para serem entregues e até agora o governo federal não tomou nenhuma atitude, nem entrega à população e nem faz nada, ficam lá as unidades sendo depreciadas e sujeitas, inclusive, à ocupação, enquanto famílias que já estão lá organizadas para entrar não conseguem receber as chaves da sua casa.

Portanto, parabéns, deputada Maria del Carmen. E tenha neste mandato, nesta deputada também uma parceira, uma militante dessa frente da luta em defesa da democratização da cidade em favor de todo o povo baiano, de todo o povo brasileiro.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada, deputada Olívia, sabemos que podemos contar com V. Ex.^a.

Queria agradecer e registrar a presença de Lucy Maria Marques de Carvalho, de entidade da área empresarial do Sinduscon, membro do Conselho das Cidades; de Leonel Borba Santos, coordenador da Câmara de Engenharia Civil do CREA-BA; de Lenaldo Almeida, presidente do Instituto Politécnico da Bahia; do nosso amigo, arquiteto Daniel Colina, diretor da IAB-BA; de Alexandra Soares da Silva, defensora pública, da Defensoria Pública; de Marcos Mendes, de quem já falei; de Delmário Proença, coordenador do MSTs; de Ana Clara, coordenadora do curso de Urbanismo da UNEB, obrigada, Ana Clara, parceira sempre a UNEB; de Carlos Alves, da União de Moradores de São Caetano; de Micau Barreto, secretária executiva do ConCidades-BA, da qual sou membro; de Jádri Ventin, coordenadora do Escritório Público da UFBA; de Luiz Antônio de Souza, coordenador do BR Cidades; de Luís Moraes, professor, já tinha falado, nosso professor, que nos deu uma belíssima aula hoje pela manhã, aqui na ALBA; Henrique Tavares Barreiros, do Conselho Estadual das Cidades; de Maria de Fátima Torreão, da Universidade de Coimbra de Portugal, doutoranda, obrigada, Fátima, pela sua presença, é bom revê-la.

Passo a palavra ao presidente do CREA-PI, Raimundo Ulisses Filho, agradecendo a sua presença, se não quiser falar.

O Sr. RAIMUNDO ULISSES FILHO: Boa tarde a todos e a todas, especialmente saudar a deputada pela iniciativa de resgatar esse fórum, saudar o presidente do CREA-BA, o colega Luizão e saudando todos aqui presentes.

O que me chama a atenção e acho que é fundamental, é importante nessa comissão é você unir diversos segmentos nela. Uma temática para ser resolvida tem que ter a participação de todos os segmentos. Aqui você vê engenheiro, morador, político, acho que o processo de construção de solução de problema passa por você

juntar as pessoas e com certeza a Engenharia tem soluções para os problemas urbanos das cidades do Brasil.

É necessário que a gente compreenda a importância de se buscar soluções, mas soluções viáveis, soluções sustentáveis e que efetivamente as pessoas passem a incorporar aquilo no seu dia a dia como algo que com certeza trará para ele uma qualidade de vida. Isso é o fundamental, que nós tenhamos no nosso dia a dia uma qualidade de vida para que possamos cada dia mais crescer como cidadão que teve direito aos benefícios que são postos para qualquer cidadão.

Então, nesse sentido parabenizo a Assembleia Legislativa da Bahia na pessoa da deputada e pedir que vocês façam com que essa comissão realmente ande, que essa frente realmente ande e que ela realmente traga soluções para o estado da Bahia e para as cidades da Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Muito obrigada, presidente, pela sua presença aqui conosco hoje, importante.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Passo a palavra ao deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Cumprimentar todos vocês, os movimentos sociais aqui presentes, os engenheiros, as engenheiras, os profissionais vinculados ao sistema CREA e fazer uma saudação especial à engenheira e deputada Maria del Carmen, proponente desta sessão, que tem uma vida dedicada à Engenharia e também à causa das cidades e da luta pela moradia. Parabéns pela realização desta audiência, cumprimentar todos da Mesa e falar um pouco aqui, Luizão, da pouca presença dos engenheiros e engenheiras aqui nesta sessão.

Então, se a gente falar em resolver, e aí o nosso companheiro do CREA-PI falou da frente resolver os problemas da Engenharia, nós temos que ter a presença e a participação dos engenheiros, porque é a Engenharia política que vai resolver os problemas deste país somando todos. Porque as cidades, da forma como a paisagem se apresenta são o retrato da desigualdade, da concentração de renda e de riqueza deste país, da perversidade de uma elite que não permite nem um suspiro de democracia e de aumento de renda.

Então, isso agora vai se acirrar, empurrar os pobres para morar nos lugares de risco, para as piores condições, para a falta de moradia e aqui também foi citado um exemplo que tem 400 casas lá prontinhas...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Tem 800 casas, na realidade 870...

O Sr. MARCELINO GALO LULA: ...e o povo afastado, precisando morar. Nós precisamos também de iniciativa, porque senão não vamos acabar. E qual o sentido de 800 casas prontinhas lá esperando quem quer ir morar?

Então, nós engenheiros, aqui se falou e hoje há uma investida por parte do governo de acabar com a filosofia, com a sociologia na educação para acabar com a educação crítica com quem pense neste país. Mas lá atrás o ataque mais importante e violento foi contra as engenharias que foi, Luizão, um juiz fazendo política, não fazendo o que ele devia fazer. Foi essa ação da Lava Jato encomendada que destruiu a economia nacional e hoje está aí, ele foi recompensado por isso com a atuação dele no Ministério, nem escrever o sujeito sabe e nem falar, aquilo é uma carapaça que a *Globo* falava por ele. Este país não vai ter cidades melhores, este país não vai ter democracia enquanto a gente estiver organizando uma luta hegemônica, ali usurpando a consciência do povo que é a rede *Globo* e seus lacaios.

A engenharia nacional não pode esquecer de Sérgio Moro, esse sim a destruiu. O que eles queriam? Os mercados internacionais, a engenharia de ponta construindo nos Estados Unidos, construindo na China, construindo na Europa e onde estão essas empresas? A Volkswagen foi flagrada numa das maiores fraudes do mundo, onde seus carros tiveram diminuídos falsamente o seu grau de emissão de poluentes. E o que fizeram? Prenderam o seu presidente, preservaram todos os seus empregos e isso é o que deveríamos ter feito aqui no nosso país.

Hoje, o resultado disso são mais de 60 mil engenheiros desempregados, não só os jovens que precisam entrar no mercado de trabalho, mas engenheiros qualificados, com grande e larga experiência em uma das melhores engenharias do mundo estão fora do mercado de trabalho.

Essa foi uma ação de como se organiza esta sociedade. Nós temos agora, Maria, de aproveitar esse instrumento que você pensou para ser um espaço político de luta dentro desta Casa, trazendo a presença dos nossos engenheiros, das nossas engenheiras. Nós não somos mais classe média, estamos sendo expulsos, não vamos ter com o desemprego como pagar as parcelas dos nossos carros, dos nossos apartamentos. Nós temos agora um aliado prioritário que é a classe trabalhadora para ajudar a mudar de fato. Vamos fazer assistência técnica pública? Vamos fazer. Vamos apoiar os movimentos? Vamos apoiar. Mas vamos ser protagonistas da grande luta de libertação do povo brasileiro para construir e, aí, construir casas para 210 milhões, isso que vai ser a beleza da engenharia. Infraestrutura, estradas, áreas de lazer, unidades de conservação, fazer reforma agrária, essa é a grande luta do povo brasileiro.

Então, viva a engenharia, viva os engenheiros e vamos à luta, porque o que temos é a pregação e na prática a construção da exclusão, da miséria e da morte. Isso é contra a vida e nós engenheiros não vamos tolerar isso. Vamos à luta!

Um abraço. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmem): Registro a presença de Rita Sabadeli, da Frente de Luta; de Bebeto, da Associação Jardim Cajazeiras; de Carlos Alves, da Associação de São Caetano; de Elza, de Castelo Branco; de Sandra, do Movimento de Mulheres do Jardim Imperial; de Reginaldo, da Rede Camping; de

Alaine, da Gerência do Trabalho Social da Caixa; de Raquel Rodrigues; de Tikão, obrigada pela sua presença; de Dalva e de Fátima Vidal, companheira e amiga querida.

Aos poucos vou registrando os demais presentes.

Passo a palavra à presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Solange Souza Araújo.

Enquanto Solange se dirige ali, agradeço a Alan, diretor do Senge; Vinícius Oliveira, da Coordenação Social do MTST; Vera Lúcia, da Associação Comunitária Rural de Mandacaru, do município de Rafael Jambeiro; Julliano Ribeiro, representante de base do Sindae; Antônia Maria Souza Almeida, conselheira do ConCidades, obrigada minha querida; Bruno Vinícius Queiroz, engenheiro do Senge; Jonas Amorim, do CREA, supervisor de fiscalização; de Teresa Luiza Souza Ribeiro; de Ítalo Santana; de Aline Costa da Silva, do Centro de Projetos Sociais, já falei sobre ela; de Cláudia Miranda Freitas, superintendente do Crea-BA e Virgínia Vasconcelos do Movimento Social Frente Popular.

Com a palavra Solange.

A Sr.^a SOLANGE DE SOUZA ARAÚJO: Uma boa tarde, quero parabenizar a deputada pela iniciativa, cumprimentar a Mesa na pessoa da deputada Maria del Carmen, cumprimentar toda essa plateia constituída de profissionais, representantes, comunidades, colegas. Trazer aqui um pouco a reflexão do Instituto de Arquitetos, Departamento da Bahia.

Dizer que nós estamos discutindo aqui um tema importante e que já é definido na Constituição Federal de 1988. O direito à cidade, o direito do cidadão é definido, o direito humano é definido na Constituição e regulamentado pelo Estatuto da Cidade, então, na verdade, é uma garantia, deveria ser uma garantia que todo brasileiro usufruísse da estrutura do espaço urbano público da sua cidade com igualdade de acesso.

O Estatuto regulamenta a política urbana no âmbito federal, as cidades sustentáveis compreendidas como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento, à infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para gerações atuais e futuras. E mais, o Estatuto das Cidades também estabelece a regulamentação que define os planos de desenvolvimento urbano, os PDDUs.

Eu queria aqui chamar a atenção, que para mais do que a gestão política, a gente precisa efetivamente de planejamento, de planos diretores, atender a nossa legislação, atender a Constituição e fazer com que seja exercido o que é definido pelo nosso documento maior.

Lembrando ainda que o que a gente vive é exatamente um mundo onde o direito de propriedade privada e as taxas de lucros se sobrepõem a todas as outras noções de direito. A gente vive exatamente andando no sentido oposto.

Podemos aqui refletir sobre os processos de urbanização dos últimos 100 anos. Contribuíram para o bem da sociedade? Qual é a cidade que nós queremos?

Então, lembrando de um filósofo francês, o Lefebvre, que idealizou *O Direito à Cidade* no seu livro, livro que tem esse título e feito há mais de 50 anos, é onde ele entende que toda essa questão do direito à cidade vem sendo banalizado e usado até no sentido de justificar políticas que na verdade não são exatamente aquelas defendidas pelo bem-estar e pela cidade sustentável.

(Lê) “Ele diz que o direito à cidade se localiza no debate sobre a utopia que faz parte do hábito de compreender o mundo, uma ação que visa o futuro da sociedade a partir da análise das contradições que geram a desigualdade presente e vivida no cotidiano. A crise urbana apela à urgência que com muita dificuldade se isola do pragmatismo.

Trago aqui essa referência do Lefebvre, que encaminha para a reflexão para refletir sobre o futuro através da compreensão do presente, contra o discurso que justifica, pela urgência em superar a crise, a ação do Estado reproduzindo a lógica do capital.”

Na verdade, a gente tem que defender e eu quero dizer também que o Instituto de Arquitetos se debruça sobre as questões de planejamento. As cidades têm que ser planejadas, os planos diretores têm que atingir as cidades de maior e médio porte. Isso é necessário para que se consiga efetivamente, trazendo o direito à cidade, evitar as desigualdades e estabelecer o direito efetivo à cidade.

A gente apresenta, além disso, a luta. E aí a gente pode dizer isso em nível federal, estadual e municipal também, que a gente tem uma luta muito grande pela qualidade dos projetos. Luís Edmundo, meu colega, falou na questão de que os engenheiros têm que trabalhar e a gente tem que defender a qualidade do projeto. E a gente tem uma luta muito grande contrária aos contratos em RDC, onde as obras são contratadas a partir de um estudo preliminar ou um anteprojeto e a construtora vai lá e elabora o seu orçamento. A partir daí eles desenvolvem os detalhes construtivos ou não, de acordo com os seus critérios.

A gente defende que quem projeta não executa, quem projeta não executa. Na verdade, quem projeta fiscaliza a execução, mas quem projeta não deve executar. Então, não é possível as construtoras serem contratadas, como no BRT aqui em Salvador, por exemplo, e não se tenha acesso ao projeto. A gente está aqui exatamente defendendo que a Constituição seja aplicada e que a sociedade, como um todo, seja o objeto maior da qualidade da cidade urbana.

Parabenizo, quero dizer que o Instituto de Arquitetos está aqui à disposição desse trabalho de instalação da Frente Parlamentar e dizer que nós estamos aqui na luta em nível municipal, estadual e federal.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada Solange.

Convido para usar da palavra a representante da União por Moradia Popular, Marli Carrara, que representa o Conselho das Cidades. (Palmas)

A Sr.^a MARLI CARRARA: Boa tarde a todos e todas. Rapidinho, vou falar para todo mundo. Em primeiro lugar, agradecer a Maria del Carmen, que trouxe para esta Casa a discussão das cidades. Um tema extremamente difícil para um estado, o estado mais rural deste país, onde temos apenas 50 cidades acima de 50 mil habitantes.

A nossa adesão a Maria nos movimentos e no Conselho porque a gente sente que ela... Hoje temos mais parceiros e parceiras, mas no momento ela era a nossa tábua de salvação. Quem discutia a cidade era Zezéu, na época, e Maria aqui. Acho isso extremamente importante e justifica plenamente mais essa articulação.

Os companheiros deputados e deputadas que estão aqui, os companheiros dos movimentos que estão presentes, do conselho. Quero agradecer ao conselho pela confiança, mas, particularmente, quero aproveitar esse negócio aqui dessa televisão que vai para o estado inteiro, que vai para o site da Assembleia, que vai ficar e que é vista e ouvida pelos assessores e pelos deputados daqui. Porque essa frente tem que exercer um papel preponderante. A confiança é de que cada deputada e cada deputado que assinou essa frente e outros que venham a fazê-lo, façam em defesa da área do desenvolvimento urbano nas suas quatro áreas.

Na área de habitação, particularmente na área nossa, que a gente milita na moradia social, na moradia popular: que aqui na Bahia englobe as famílias com renda até três salários mínimos, que necessitam de subsídio para garantir o seu direito constitucional à moradia. Cada discussão que chegar aqui tem que ser olhada sob esse prisma e não sob a moradia muito acima disso, porque com esse corte nós estamos falando de 97% das famílias do estado da Bahia. Então tem que ser olhado.

Na área do saneamento básico: contra a privatização, o perigo da privatização em nível nacional, mas também em defesa da Embasa aqui no estado, que não pode ser colocada à venda nem privatizada. (Palmas) Então os deputados têm que estar para cima de suas siglas, preocupados com o destino desta cidade, porque o saneamento básico público é o único que pode garantir o atendimento às famílias pobres nas cidades em que não ofereçam lucro à água e ao saneamento.

No transporte, na mobilidade: a garantia de que os investimentos direcionados para todos os projetos tenham um olhar inclusivo, se traz mais gente para desfrutar da cidade e com tarifas acessíveis.

No planejamento e gestão dos territórios das cidade: de forma participativa, onde a população tenha voz e voto nos projetos que vão impactar as suas vidas. Particularmente, nesse momento, nos processos de regulação fundiária, que mexem com a cidade, com a titularidade, com a urbanização das cidades, que está correndo nesses últimos três meses, os municípios do país todo no rebatimento da regulamentação da MP nefasta que Temer fez antes de sair, mas que nós precisamos nos apropriar disso.

A questão da regulamentação fundiária interessa a cada deputado e cada deputada desta Casa, porque vai impactar nas suas cidades a questão das terras.

Pela gestão democrática das cidades que implica em que cada parlamentar inserido nessa Frente insira em todas as suas agendas com os seus prefeitos a

realização das conferências municipais da cidade, em sua sexta edição. E que hoje converse com os prefeitos e prefeitas de todas as cidades, para que estimule e continue estimulando a criação dos conselhos municipais das cidades aqui da Bahia, que hoje dos 340 e tantos municípios, só estão criados em 161.

Quero, também, a cada proposição que aqui chegar, que cada deputado membro tenha a análise, olhe para o rebatimento de cada política nas cidades onde eles têm a sua base eleitoral. Olhem isso com esse rebatimento, não como uma coisa aérea criada para ficar nas nuvens. Cada decisão tem rebatimento em gente que tem cara, tem nome que a gente conhece, que tem CPF, que tem RG e que tem título de eleitor também. (Palmas) Como representante do ConCidades Bahia, queria pedir que cada parlamentar, deputado e deputada, em cada conversa que tiver, cada momento com o governador Rui Costa, chegue com ele e diga que é necessário fazer as conferências das cidades nos municípios e que é necessário fazer a 6ª Conferência Estadual da Cidade até o final do ano. Não tem dinheiro que pague democracia.

Queria também pedir o apoio para algumas coisas que são muito caras a nós, dos movimentos. O apoio à criação do Programa Estadual de Moradia Popular com recursos próprios desse estado, que não tem um tostão nos últimos 16 anos, entendeu? E inclusive com a ação de lotes urbanizados.

Nós temos propostas para a criação de dinheiro do fundo: 10% do ICMS sobre a venda de matérias de construção. Se a gente começa a rodar essa roda, nós vamos ampliar a base e vamos ter mais ICMS do que se recolhe hoje. E poderemos ter dinheiro para projeto com recursos públicos. Acabou o dinheiro federal e nossas famílias estão cada vez mais voltando para as ocupações, porque nós vimos um futuro, como aqui disse, um futuro, porque isso não precisa ficar pendurado, fica no coração, mas é bom, eu me lembrei... Nós estamos num momento de escuridão, onde a mortandade assola ao meio-dia. Nossas famílias estão voltando a não ter um tostão para o aluguel, a passar fome, a tirar a criança da escola para conseguir pagar alguma coisa para o transporte – leva o filho a pé, volta a pé –, para que possa minimamente morar decentemente.

Então, a gente queria falar das propostas que a gente tem. Temos propostas. Os Conselhos das Cidades é um lugar onde... Aquilo que foi dito, a cidade é um grande... Eu não gosto da história do palco, porque palco remete à farsa, e a cidade é real, onde tem atores e atrizes que vivem nessa cidade e têm contribuição a dar no Conselho das Cidades.

Queria dizer, por final: cada um na sua praia. Queremos um grande programa de assistência técnica aos municípios, onde a assistência técnica na área da engenharia, na área da arquitetura e também na área das humanas... Porque se não tiver as ciências humanas a gente só vai ver concreto e não vai ver cidadania.

Quem bota cidadania nas obras são às áreas dos direitos humanos. Assistência técnica, onde na SEDUR possa ser injetado dinheiro e recursos para dar assistência técnica aos prefeitos, às suas equipes; onde a universidade possa ir – como existe um projeto piloto que Angela tão bem coordena – e fazer com que as nossas cidades tenham cidadania, além de viaduto, que é muito bom, de metrô, que é muito bom,

mas a obra de engenharia, a obra de arquitetura, o projeto, mesmo levando em conta tudo, só quem bota a cereja do bolo, que é aquilo que apetece comer, somos nós que vivemos o dia a dia.

Viva Lula, que nos deu o sonho e que ele se mantenha.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Quero registrar a presença e convidar para a Mesa a deputada Fabíola Mansur. Registrar a presença de Perivaldo de Almeida, da Frente Luta Popular; de Lourenço Miller, escritor; de Adolpho Ribeiro Netto, assessor da Sema; de Leonardo Reis, técnico superior da Superintendência e Patrimônio da SPU; de Edilson Luís Silva Almeida, do CitiCam; de Fernando Romão, coordenador da Central de Movimentos Populares, obrigada, Fernando; de Maria Luciene, do Movimento Social MDMT, da Unegro; de Patrícia Andrade, da Frente Luta Popular; de Maria da Glória, da Frente de Luta Popular; de Elisângela Oliveira, do Movimento Frente Popular; Sebastiana Muniz, da Frente de Luta Popular; Avani Oliveira, da Frente de Luta Popular; Adriana Dalva, gestora e coordenadora da União por Moradia Popular; de Elenice Vale dos Reis, da Frente de Luta Popular; de David Alves da Costa, da Frente de Luta Popular; Osvaldira Maria da Conceição, da Frente de Luta Popular; de Maria da Silva Bonfim, da Frente de Luta Popular; de Maria José dos Santos, da Frente de Luta Popular; Arnaldo Couto Rocha, da coordenação do MSTs; dos estudantes da UFBA Débora Marques de Araújo e Atilo Matos; Diogo Linhares Fernandes, da UFRB.

Passo a palavra à professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA, Dr.^a Angela Gordilho, que tem um belíssimo trabalho com os alunos e com profissionais. Obrigada, Angela, pela sua vinda, pela sua participação, pela sua dedicação também a esse tema tão importante.

Obrigada! Você está conosco.

A Sr.^a ANGELA GORDILHO: Antes de mais nada, boa tarde a todos. Maria, a sua iniciativa nessa tarde de hoje nos traz um alento, porque nos desmontes que nós estamos assistindo de democracia, de cidadania, agora chegou a vez das universidades públicas. E como eu estou aqui chamada para falar em nome da UFBA, antes de mais nada, eu quero dizer que esse é um momento em que às frentes têm que estar unidas. Se nós perdermos as universidades públicas no Brasil, nós vamos perder muita coisa, porque já perdemos muito nos últimos anos: perdemos políticas públicas, políticas urbanas, mas a universidade continua firme. Então veja: enquanto eu estava aqui sentada, eu observava o quanto a Universidade Federal da Bahia já trabalhou com muitas dessas pessoas que temos aqui. Então, quando nós não tínhamos mais nada de políticas públicas, nós tínhamos os programas extensionistas, e temos, da universidade pública que trabalha com o MDMT. Tikão está aqui; Martinho; Rita, lá do Fazenda Grande 8B; (palmas) o pessoal aqui das Mangueiras e outros que já saíram. São projetos em que a gente usa os nossos recursos. E Marli, há pouco estava falando da importância da constituição de fundos para que a gente continue atuando.

O recurso federal some das políticas públicas, mas ele é nosso, e nós temos que constituir fundos que nos deem garra para a gente continuar trabalhando.

Citou-se aqui o Lefebvre, minha colega Solange. Veja, Lefebvre, que tantos ensinamentos nos deu pelo direito a cidade, ele diz que o direito à cidade é o direito de construir a obra juntos. E o que nós percebemos e aprendemos muito ao longo dos últimos anos, com a reforma urbana, com a constituição de uma estrutura que atendesse às cidades, o Ministério das Cidades, o Sistema Nacional de Educação, o Fundo Nacional de Habitação... E como eles não foram constitucionais, nós estamos perdendo, mas nós não podemos perder as universidades públicas, porque são elas que dão forças para que a gente continue construindo essa obra coletiva, seja na formação de profissionais – porque para trabalhar para a cidade, como a própria Maria del Carmen já disse, exige uma pluridisciplinaridade –, mas mais do que isso, as universidades públicas hoje crescem para abrir o seu campo de ensino, pesquisa e extensão. E é na extensão que o momento contemporâneo guarda um grande espaço de conquista nessa luta por cidades melhores. Então, a assistência técnica tem tido um papel fundamental nisso e a prática mostra que é possível a gente avançar.

Na minha faculdade, escreveram no muro, e aí, outro dia estavam pintando e eu disse: “Não apaga, não apaga isso porque nós temos que aprender: só a luta muda a vida!” (Palmas) Então, nós estamos num momento de muita luta e que essa Frente venha se somar a tantas outras frentes dessa pluralidade que é a luta por cidades melhores e mais justas. Nós temos hoje um ambiente urbano extremamente complexo, nós temos 80% da população do Brasil morando em cidades. Quando chegar o próximo Censo – se tiver, porque está em dúvida se vai ter ou não vai ter –, vamos ver que esse índice cresceu. Ainda que Marli tenha lembrado que na Bahia nós temos ainda um índice de população rural relativamente grande em relação ao Brasil, mas nós temos também aqui um índice urbano muito grande. Então, a moradia não está só na cidade, mas a cidade é a nossa prioridade, ela é complexa, ela exige conhecimento, ela exige universidades democráticas, com o entendimento do que é essa complexidade e, mais do que tudo, aprendendo junto com quem faz a cidade e que mora na cidade. Conhecimento técnico intramuros não é suficiente para dar conta dessa complexidade.

Então, parabéns a essa Frente. E nessa oportunidade eu não poderia deixar de expressar, ouvindo o nosso deputado federal Paulo Teixeira, a nossa indignação com esse corte arbitrário das universidades públicas. E quero pedir – Pelegrino já saiu, mas eu já dei, aqui, o recado para ele também – que os nossos deputados, neste momento, criem também frentes amplas de defesa pelo nosso patrimônio público. (Palmas)

Maria, só me resta... Você não nos surpreende, porque, quando uma coisa sai, você já acende outra luz.

Então, boa sorte para esse trabalho, contem sempre com a ajuda da gente, da Universidade Pública, são muitos colegas que estão dispostos e trabalham no dia a dia. Espero que realmente a gente consiga se reunir e articular, como foi dito, aqui, por colegas anteriores, essas frentes, para que a gente conquiste...

E nós temos muito a comemorar. Falou-se, aqui, dos 40%, não me lembro mais do orador. Se a gente entende que as cotas nos últimos 10 anos trouxeram para – não vou falar em classe média –, uma classe pensante, que tem o saber e as técnicas nas mãos, nós, hoje, não temos 40% de população só nessa chamada elite. Nós temos uma população muito mais ampla, que possa lutar com reflexão crítica, serena – como nós ouvimos, aqui, dos oradores que me antecederam. Sobretudo, estou muito satisfeita de ver esse nosso deputado federal em defesa do urbano e das cidades.

Parabéns a todos! Contem comigo sempre. Obrigada! (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada, Angela. Obrigada pelas palavras. Com certeza, precisaremos muito de você e dos demais companheiros que aqui estão e que estiveram conosco aqui e de muitos outros que podem se juntar a essa luta.

Quero passar a palavra a Gilcinéa, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia. Depois, Raquel.

A Sr.^a GILCINÉA: Boa tarde a todos, eu gostaria de saudar a Mesa, a todos os integrantes, especialmente a deputada Maria del Carmen, também os colegas engenheiros, arquitetos e urbanistas aqui presentes, colegas companheiros de movimento social, de muitas lutas.

Acho que este é um momento importante de estarmos aqui, valorizando essa iniciativa da deputada Maria del Carmen. Agradeço o convite ao CAU de estar presente. Digo que para nós, arquitetos e urbanistas, é fundamental, do Conselho de Arquitetura, a defesa da sociedade.

Neste momento, estamos discutindo em várias frentes também sobre como ter a garantia dos direitos. Deputada, pode contar com o CAU para todas as lutas. Nós acreditamos que é necessário fazer uma agenda de lutas em defesa dos direitos da população brasileira, e o CAU vai estar sempre presente.

As arquitetas que me antecederam, tanto Angela como Solange, já falaram de algumas frentes. Eu creio que a assistência técnica que foi colocada também pelo professor Luizão, do Crea, estamos debatendo com a Defensoria, para poder criar também um grupo de trabalho e levar como mais uma política pública.

Eu aproveito este momento aqui também para conclamar os arquitetos urbanistas que estão distantes das entidades de representação de categorias profissionais, como também distantes dos diversos espaços de conselhos, de fóruns, de debates na cidade de Salvador, para estarem mais presentes. Eu acho que esse é um momento fundamental, importante. Para quem estiver assistindo em casa, esteja mais presente, venha, esteja principalmente junto com o movimento social.

Eu acho que estamos numa luta por cidades mais inclusivas, cidades melhores para todos nós, e só vamos conseguir isso construindo no coletivo. Então, eu acho que é o momento de estarmos juntos, nos fazermos presentes em todas essas lutas.

Agradeço o convite e parabenizo a senhora pela iniciativa. Pode contar com o CAU para as demandas. Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada, Gilcinéa, obrigada pela sua presença. Contamos muito com o CAU. Já tivemos muitas ações conjuntas e esperamos continuar fazendo outras atividades de debate e discussão sobre as cidades que nós sonhamos ter presentes, mas que a gente espera concretizá-las.

Com a palavra a representante do Fórum de Pós-ocupação. Nasceu de um debate, uma discussão dentro da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano. Naquela ocasião nem era Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano, era uma subcomissão. Um debate sobre problemas na área de pós-ocupação, que acabou se transformando. A área social da Caixa assumiu coordenar esse fórum hoje, e ele é um exemplo inclusive para outros lugares, Paulo. Pode servir, inclusive, para outros estados o exemplo da criação dessa frente de pós-ocupação, para debater e discutir os problemas provocados, causados, que surgem depois da entrega dos empreendimentos habitacionais do Minha Casa Minha Vida.

O programa foi uma solução extremamente importante, foi um caminho tão importante para reduzir a falta de habitação, o *déficit* habitacional, mas vários problemas surgiram, e o programa inclusive foi sendo aperfeiçoado. Tenho certeza de que se nós continuássemos com o programa, se ele tivesse continuidade e tivesse compromisso político com isso, com certeza ele teria avançado em outras áreas. E os problemas surgiram em vários níveis, seja da necessidade de geração de emprego; seja de projetos ainda necessários para serem implantados no empreendimento; seja o problema da falta da escola; do posto de saúde que ainda não atinge aqueles moradores; o problema do transporte, que às vezes não acontece, está com dificuldade.

Então, essa pós-ocupação tem tido um papel extremamente importante. São os movimentos sociais que tocam isso, e os órgãos públicos do estado, da prefeitura, no caso de Salvador e da Região Metropolitana, estão presentes nesse debate. E acho que uma experiência inclusive importante, que passa desde a discussão e o debate sobre os problemas e as necessidades dos empreendimentos, mas vai mais além, quando inclusive cria um curso de extensão na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, para dar conhecimento e debater os assuntos extremamente importantes.

Passar a palavra, portanto, para Raquel Rodrigues, que representa aqui, hoje, o Fórum de Pós-Ocupação.

A Sr.^a RAQUEL RODRIGUES: Gostaria de saudar a todas e a todos, a deputada por mais uma iniciativa. Essa mulher realmente tem o pé no chão, tem o pé no barro, tem o pé com o povo.

Quero falar que eu faço parte do Pós-Ocupação, juntamente com Manuela, tem uma galera aqui, Alane. O Fórum Pós-Ocupação ele nasceu realmente com esse objetivo de deixar claro que não é só a casa, o teto que o povo precisa. O povo não precisa só de habitar. E o depois? Junto com a casa tem que vir a rua pavimentada, tem que vir o saneamento básico, tem que vir a educação de qualidade, tem que vir a creche para as mulheres do movimento de moradia poderem ralar. Onde elas vão colocar seus filhos? Então, falar de moradia e de habitar não é só falar de ter um teto. Acima do teto está a moradia com dignidade. E o objetivo do fórum é justamente esse: ser esse canal com os movimentos e as instâncias para discutir os problemas que surgem a partir do habitar.

Habitar é um primeiro passo. É aquele ditado: “Ninguém solta a mão de ninguém.” A gente vai junto nessa construção por políticas públicas, num governo que eu penso que é um governo de ódio. Governo de ódio pelo pobre, pela mulher, pela negra. De ódio, principalmente, pelo favelado, porque acham que ele deveria ter sempre o pé na lama. Mas o pobre tem direito de morar também em apartamento. E esse governo de ódio por pobre está tirando esse direito, está roubando o direito de habitar com dignidade. (Palmas)

Nós falamos, sempre, que o fórum é uma avenida de mão dupla. Por que avenida? Avenida porque o diálogo com as instâncias é longo. Por que de mão dupla? Porque não só são os moradores, os habitantes, lá também tem a Caixa Econômica, a Sedur, são as instâncias de governo que dialogam conosco. Juntos, discutimos os nossos problemas e, juntos, buscamos soluções. Precisamos, sim, ser mais ouvidos pelos órgãos públicos. As portas precisam, realmente, se abrir para nos receber o ouvir a nossa demanda.

Quero aqui saudar a minha professora do curso de extensão da UFBA e dizer que nós, também, do curso de extensão, somos solidários com a UFBA, nesse momento de um governo anti-intelectual, onde o povo de moradia pode ir para a universidade, porque foi o Fórum Pós-Ocupação que conseguiu essa parceria com a universidade, porque nós não somos rebeldes sem causa, somos movimentos populares com conhecimento de causa. E a UFBA nos fortalece e nos traz esse conhecimento científico. Quando nós vamos lá reclamar não vamos só gritar, vamos com conhecimento de causa.

E esse anti-intelectualismo não vai nos deter, viu, professora? Vamos continuar na luta, vamos apoiar e vamos incentivar outros do nosso grupo a participarem, porque através da organização, realmente, e do conhecimento é que chegaremos lá.

Aqui é a pesca, para não esquecer, porque tem coisas que são importantes.

Eu gostaria de salientar que precisamos que o governo também segure as nossas mãos com mais força, porque nós seguramos, à força, a mão do governo. E os movimentos populares, agora, querem que ele segure a nossa mão com mais força. Precisamos ser ouvidos pelo governo, precisamos ter nossas demandas encaminhadas também.

Existe um governo, lá, federal que nos aniquila e quer acabar conosco, mas nós contamos Rui com o seu governo. Com o seu governo, que vai segurar as nossas

mãos (palmas), a mão dos movimentos sociais. Contamos com o seu governo para não deixar cair a nossa luta. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmem Lula): Obrigada, Raquel.

Queria passar a palavra para a vereadora Marta Rodrigues. (Palmas)

A Sr.^a MARTA RODRIGUES: Queria saudar todas e todos. Já dado o adiantado da hora, serei bem breve.

Deputada Maria Del Carmem, queria lhe saudar pela importância dessa tarde de hoje, iniciando o mês de maio. Quero dizer da importância de estarmos aqui para fazer esse grande debate.

Mas também não poderia deixar de registrar aqui que o mês de maio inicia com o Maio da Diversidade, porque o que nós estamos vivendo nesse país é também um massacre ao segmento LGBT. Por isso que é bom a gente registrar nesta Casa... (Palmas) E não tem como a gente pensar direito à cidade, direito à moradia digna sem inserir também o segmento LGBT. E é isso que nós precisamos fazer. Porque esse governo conservador e com falso moralismo que tenta a todo momento... Já dito aqui por todos os oradores e oradoras que me antecederam, já apresentaram aqui todas as dificuldades, os retrocessos, também os cortes nas três universidades, que agora dizem que vão estender para todas. Imagine! E ainda dizendo que é a balbúrdia. Quem está fazendo a balbúrdia é ele, com a raiva, o discurso do ódio, desautoriza o LGBT, tentando também oferecer os nossos corpos como se fossem um cardápio.

E é a isso que nós temos que resistir, deputada Fabíola. Nós que estávamos na semana passada num debate interessante sobre a cultura. E nós sabemos... Raquel trouxe muito bem aqui esse debate. Por isso que o Fórum Pós-ocupação tem essa dimensão, porque não é só garantir a casa, é garantir tudo que vem pós a entrega desta casa. E além do mais, lá em (ininteligível), o que foi que nós debatemos, deputada Fabíola? O que é que movimenta, Beбето, os bairros? É o futebol e é também a cultura. E é por isso que nós precisamos cada vez mais estar aproximando e trazendo esse público para espaços como este, levando também mais esse debate adiante, (palmas) porque do jeito que está nesse nosso Brasil está difícil.

Professor Luís Edmundo, Luisão, por quem eu tenho um respeito muito grande e sei de seu compromisso, em sua saudação aqui trouxe também aquele seu recorte da fala do prefeito, que disse: “Me tire daqui, senão...” Mas é isso que eles pensam, a maioria, professor Luizão: na construção, quando vai pensar na moradia, na desigualdade, porque quem habita lá é o povo negro, em sua grande maioria.

E tem a arquiteta e urbanista Joice, de Minas, que traz um conceito que também o geógrafo Milton Santos já trazia, o da cidadania mutilada. É isso que eles pensam e é isso que eles querem. Por isso a importância sua, de Gilcinéa e de todos os demais que têm esse compromisso com cidade, com cidades inclusivas, com cidade onde todos nós nos reconheçamos dentro dela. É necessário fazer esse debate cada vez mais e aproximar.

Eu sei que o senhor faz, está sempre nas encostas, acompanhando, porque se constrói sem pensar e sem dialogar. E Salvador, agora, está descarrilhando a geomanta na cidade inteira. Uma obra que nós precisamos fiscalizar e buscar, professor Luizão... eu sei que o senhor tem feito isso, porque eu vejo sempre nas reportagens.

Mas esse momento de hoje, deputada Maria, traz esse debate e essa reflexão também para a nossa cidade, com esse olhar sobre Salvador: tão bonita, com tantos levantes, mas também a desigualdade persiste na moradia. Então, vamos fazer...

Para concluir, porque eu sei que tem mais gente para falar.

Lula está resistindo, por isso que eu estou aqui com o broche “Resista, Lula!” Então, não somos nós que vamos abaixar as nossas bandeiras, a bandeira do movimento. Então, é a gente cada vez mais nas ruas, dialogando, conversando. E dizer: vamos dar esse basta, porque nós não vamos tolerar que venha, cada vez mais, retirar a nossa cidadania e a nossa dignidade.

Lula livre! Vamos à luta! (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Convido o Sr. Superintendente do Patrimônio da União na Bahia, Salomão José de Santana, para usar da palavra, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SALOMÃO JOSÉ DE SANTANA: Ex.^{ma} Sr.^a Deputada e engenheira Maria del Carmen, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes da Mesa, senhoras e senhores que estão aqui presentes, muito boa tarde.

Vou aproveitar para ser bem curto e objetivo pelo adiantado da hora.

Sr.^a Deputada, inicialmente, eu queria agradecer pela oportunidade do convite à Superintendência do Patrimônio da União na Bahia para participar desse evento.

E para não me alongar mais, me permita, meu conterrâneo, podemos assim dizer, lá do Piauí, deu uma curta e objetiva mensagem para buscarmos soluções viáveis e técnicas. E a Superintendência do Patrimônio da União na Bahia está disponível e aberta para soluções técnicas, buscando a melhor solução.

Quando eu falo soluções técnicas, eu gostaria de dar somente um exemplo: a maior parte das comunidades ou cidades costeiras tem sofrido o avanço do mar ou o retorno do mar, e geralmente buscam soluções rígidas e pouco técnicas. E essas soluções, embora, muitas vezes, pareçam ser eficazes, geralmente elas geram outros transtornos.

Então, é muito interessante ver essa pauta, é interessante ter esse ambiente harmônico de troca de ideias. E a Superintendência do Patrimônio da União, que eu represento no Estado da Bahia, está presente, basicamente, no estado inteiro e se tornou totalmente aberta para apoios técnicos dentro da nossa atividade.

Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Muito obrigada, Dr. Salomão.

É importante o patrimônio da União, a Superintendência do Patrimônio da União é extremamente importante para vários pleitos que os movimentos sociais têm para determinadas áreas onde sejam possíveis equipamentos serem utilizados para habitação pela população para que a gente pudesse ter projetos. Era extremamente importante.

Passo a palavra ao presidente do Sindicato dos Engenheiros da Bahia, Ubiratan Felix.

O Sr. UBIRATAN FELIX: Boa noite a todos.

Eu estava ansioso para falar por dois motivos. Primeiro, acho que o Paulo Teixeira fez uma avaliação importante, mas precisa aprofundar um pouco isso. Nós temos uma visão, hoje, colocada no Brasil de um estado ultraliberal, de não ter estado. Quem precisa do estado? Quem precisa do estado são os mais pobres, via de regra. Os ricos precisam do estado para a repressão. Então, em uma sociedade em que uma elite rica mande tem que ter o estado para poder proteger o seu patrimônio dos desvalidos. Mas os pobres precisam do estado para ter saúde e educação. E a engenharia é importante.

Marcelino colocou, aqui, um pouco porque os engenheiros não estão presentes. O engenheiro, via de regra, tem uma visão de classe média. E qual é a visão da classe média colocada, hoje, no Brasil? É que o estado atrapalha.

E aí, por exemplo, é importante ou não é importante ter o CREA? É importante. Por que é importante? Porque o CREA dá um selo de qualidade aos profissionais que são formados nas universidades. Então, é importante ter o CREA, é importante ter um órgão que regulamente a relação profissional.

É importante ou não ter sindicato? É importante. Quando eu estagiava, em 1992, em uma obra da OAS houve a primeira greve dos trabalhadores da construção civil, e o sindicato era muito fraco. Teve um dia em que o feijão azedou porque as pessoas não tinham comida e cada um fazia a sua comida de forma individual. E as pessoas saíram quebrando a obra. Saíram quebrando, quebraram todas as obras. Saíram quebrando tudo. Por quê? Como você não tinha sindicato você não tinha o interlocutor que organizasse as reivindicações para negociar.

Então, o sindicato em uma sociedade democrática é importante porque se não tem sindicato a insatisfação vai continuar. Não é porque não tem sindicato que a insatisfação acaba. Só que a forma de lidar com a insatisfação é a barbárie. Essa é a diferença. Tem que ter sindicato, tem que ter organismo que organiza a sociedade, e aí vem o engenheiro.

O Paulo colocou uma coisa importante. Até 2011 as pessoas ligavam para o Sindicato dos Engenheiros dizendo: “Me arranje engenheiros de minas.” Era uma confusão, as pessoas demandavam engenheiros. A gente ia para as escolas de Engenharia, porque abriram muitas escolas de Engenharia, e os alunos de Engenharia

queriam e já estavam com estágios antes de se formar. De 2011 para cá o mundo mudou.

Hoje eu tive uma reunião no Sinduscon e teve uma menina que eu nem conheço muito. Todo mês ela manda mensagem para mim: “Bira, você tem alguma coisa para mim?” Eu falo: “Eu não tenho, não sou empresário, sou professor.” Às vezes eu penso como responder, porque talvez a pessoa me veja como a última esperança dela. Então, esse é um problema sério.

Nós temos, hoje, um monte de profissionais de Engenharia que não estão no mercado. E por que não estão no mercado? Porque a Engenharia só existe se houver estado. Se não houver estado, não há Engenharia. Porque é o estado que organiza a intervenção das empresas privadas no mercado de Engenharia e o estado organiza como são ofertados os serviços de Engenharia. Então, se não houver estado, não há Engenharia.

A outra coisa importante que o Paulo colocou... não sei se foi o Paulo ou o Nelson. Acho que foi Olívia, não é? A gente fala muito em criminalizar quem fez as coisas erradas e não as empresas. Eu tenho dois exemplos históricos: a Bayer, que é uma empresa que existe até hoje, forneceu o gás para matar os judeus nos campos de concentração nazistas. Ninguém acabou com a Bayer, nem os russos, nem os americanos, com a Krupp, que é uma empresa importante, e a Volkswagen, não é?

Eu não sei se o pessoal lembra que o Fusca é homenagem ao *führer*. E quando os alemães perderam a 2ª Guerra Mundial os americanos impuseram à Volkswagen mudar o controle acionário da empresa. Então, quem assumiu o controle acionário da empresa foi alguém da família, mas que não é controlador.

Então, assim, você tem diversas formas de você trabalhar com a questão das empresas. O que foi feito no Brasil é um absurdo. Não ocorreu nos Estados Unidos, não ocorreu em lugar nenhum do mundo. Você acabou com as empresas, achando que as empresas cometem delito. As empresas não cometem delito, quem comete delito são as pessoas. Então, esse processo impactou na Engenharia.

Para finalizar, eu tenho uma discordância com Nelson. Construir é difícil. Você construir uma casa demora muito tempo. Destruir uma casa, eu destruo uma casa em 30 minutos. Pego uma máquina e destruo. O que está sendo feito no Brasil, hoje, é destruir a casa. Não vai ser fácil construir essa casa.

Eu estava conversando com a professora Angela Gordilho sobre isso. Quer dizer, o pessoal está destruindo todo o arcabouço jurídico que foi organizado no Brasil. Para você construir isso vai demorar um monte de tempo. Eu rezo a Deus que eu esteja vivo para ver isso reconstruído, mas não vai ser um negócio fácil. Toda uma política urbana que existia foi destruída. Como é que você constrói o sistema de educação? Como é que você reconstrói o SUS? Não é uma coisa fácil de fazer.

Então, a gente está vivendo um processo, pessoal, que é muito ruim. Tem um amigo meu que é sociólogo, e ele disse que a visão dos Estados Unidos, hoje, em relação aos países é a relação do pós-estado. Lembra da Líbia? Todo mundo lembra da Líbia? Não.

A Líbia é um país que existia e não existe mais, que tinha uma pessoa da qual as pessoas não gostavam muito, mas era um país organizado. O que a Líbia é hoje? É um país, não é um estado, onde quem manda são bandos que negociam com o petróleo. No Brasil, nós temos uma coisa parecida, que é a milícia, que é a milícia, que é a milícia. Só que nós temos estado ainda no Brasil. Graças a Deus nós temos estado. Se o estado desaparece, quem é que vai mandar? Quem que vai mandar?

Então, essa é uma discussão importante. Mesmo o estado brasileiro, hoje, tem lugar em que não manda. Eu ensino no IFBA, na antiga Escola Técnica, e tenho uma aluna que tem que sair todo dia às 21h10min porque ela mora num lugar chamado Planeta dos Macacos. Aí, teve um dia em que ela chegou às 21h20min a São Cristóvão. Aí, fecharam o bairro. Ela teve que dormir na rua. Como ela ficou com medo de dormir na rua, ela voltou para a Escola Técnica, o IFBA, para dormir na porta do IFBA, porque ela não podia entrar no bairro dela! Isso em Salvador! Não é São Paulo, não é Rio de Janeiro!

A Defesa Civil de Salvador – uma Defesa Civil, não é? – mudou o nome. Sempre foi Codesal, mas botavam no carro Defesa Civil, aí, as pessoas... Tirou o nome de Defesa Civil, não sei se Luizão sabe disso, porque as pessoas achavam que Defesa Civil era Polícia Civil. Aí, as pessoas iam entrar no bairro, o pessoal metia tiro. Aí, para não meter tiro, o pessoal botou o quê? Codesal. Então, essa é uma discussão que a gente ganha, que a gente precisa discutir um pouco isso aí.

Então, a situação em que vivemos... A Engenharia é uma profissão fundamental. Não há desenvolvimento sem Engenharia. A gente precisa investir na Engenharia. Só há saída para o Brasil se a gente investir na tecnologia. Agora, se nós desmontarmos o país, desmontarmos os estados, desmontarmos indústrias, não vai ter engenheiro. Para que engenheiro? Se eu vou... Talvez vá ter engenheiro agrônomo, não é? Porque vão ter que vender soja, vender feijão, vender... mas engenheiro civil, pra que engenheiro civil? Pra que engenheiro eletricitista? Pra que engenheiro mecânico, se nós não vamos ter indústria no Brasil?

E um outro passo, Luizão e Ulisses, que eu acho importante ficar de olho é que existe, hoje, uma proposta muito séria de acabar com os conselhos profissionais, como acabou com o imposto sindical, que acabou com os sindicatos! Então, se nós não abrimos o olho, o próximo passo é acabar com os conselhos profissionais! A gente tem que abrir o olho nisso aí.

Então, eu queria parabenizar a deputada Maria del Carmen, parabenizar Luizão, meu professor Luizão, que fez uma fala muito boa, uma fala da Engenharia.

E a Engenharia só vai sobreviver se se articular com o povo. Porque nós temos uma contradição: nós temos engenheiro desempregado e temos o povo precisando de Engenharia. Então, a gente precisa juntar a fome com a vontade de comer. Se a gente fizer isso, a gente resolve a Engenharia. Quer dizer, é uma contradição a gente ter um monte de gente desempregada que quer trabalhar e não tem emprego, e um monte de gente precisando de assistência técnica!

Porque, Luizão, que é um engenheiro reconhecido, antigamente a casa, a ocupação era uma casa térrea. Hoje, não é mais casa térrea, até porque não tem mais

terreno. Então, não dá mais para você construir casa, construir verticalmente sem ter assistência técnica de Engenharia! Quando era casa térrea, você rezava e Deus ajudava. Hoje, mesmo rezando e Deus ajudando, complicou a situação! Então, precisa ter intervenção de Engenharia. Então, eu acho que isso é importante.

Então, eu queria parabenizar Maria, parabenizar o CREA, dar um grande abraço em Ulisses, o nosso grande estado do Piauí, e dizer que nós estamos numa situação difícil. A gente precisa discutir o estado. Se nós perdermos o estado, todo mundo vai perder. E ganhar os engenheiros com essa ideia. Não é fácil mobilizar os engenheiros, Luizão tem razão. Porque o engenheiro, via de regra, não tem essa visão do papel do CREA. Ele acha que o CREA é um órgão que arrecada, que cobra, que enche o saco dele. Ele não tem a visão do sindicato. O engenheiro só procura o sindicato quando está numa situação difícil.

O Sindicato dos Engenheiros da Bahia está sem dinheiro, mas tem um monte de gente procurando o sindicato. Por quê? Porque sindicato é igual a médico, você só procura quando você está doente, não é, Fabíola? Eu mesmo morro de medo de médico. Se eu puder ficar sem ir a médico, adoro! Então, a gente só procura o médico quando está doente, não é? É a mesma coisa do sindicato. Você procura o sindicato quando você está numa situação de dificuldade, certo? E os sindicatos, hoje, estão desorganizados, estão sem recursos. A gente está vivendo um processo muito difícil.

Então, parabéns a Maria e parabéns ao CREA, às entidades de Engenharia e ao movimento popular, que estão construindo esta sessão. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada, Bira, pelas palavras.

Registro a presença de João Pereira, da Conam, e de Amanda, da assessoria da vereadora Marta Rodrigues.

Passo a palavra à deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Boa a tarde a todos e todas.

Quero, inicialmente, parabenizar a deputada Maria del Carmen, uma deputada extremamente atuante aqui em todas as causas de desenvolvimento da Bahia e que, sobretudo, sempre foi a defensora dessa Frente, a Frente em Defesa das Engenharias, da Arquitetura, da Agronomia, e que neste ano renova essa Frente Parlamentar, adicionando a importante palavra cidades. Ao se tornar a Frente em Defesa das Cidades e das Engenharias, V. Ex.^a, deputada Maria del Carmen, faz, exatamente, o *link* mais importante. Nós vivemos na cidade, as políticas são para as cidades e nada melhor do que pontes entre as engenharias e as cidades que nós desejamos.

Saudando você eu quero saudar toda a Mesa; a querida vereadora Marta Rodrigues, que é nossa companheira; e quero citar o nosso amigo, presidente do CREA, professor Luizão, saudando todos.

As cidades que nós queremos são cidades inclusivas, são cidades que sejam socialmente justas. Nós não conseguimos isso e não conseguiremos isso sem aproximarmos a política da técnica.

Eu ouvia as palavras do representante do Patrimônio da União, da SPU, Sr. Salomão, que dizia que a SPU está à disposição das soluções técnicas. E isso me lembrou um episódio de quando eu era vereadora, permitam-me contar isso. Acho que a vereadora Marta se lembra.

Eu era vereadora e, de repente, as baianas do acarajé que se encontravam na areia da praia receberam um ofício da prefeitura para que saíssem de lá em pouco tempo, porque havia um ofício da SPU. Provavelmente esse ofício era baseado em toda a legalidade. São as tais técnicas: a legalidade.

No entanto, por trás da legalidade, por trás do aspecto técnico existe o aspecto humano. E quando a política não está próxima às Engenharias e a legalidade é o que é nós não vamos fazer justiça, porque a justiça é, exatamente, compreender os problemas.

E, aí, eu quero saudar a academia, Prof.^a Angela; quero saudar todos os representantes dos movimentos sociais; e saudar esta Casa que é a Casa do povo e que pode recepcionar essas demandas que muitas vezes são similares.

É preciso que a gente resolva o problema de déficit habitacional, o déficit que se tem nas grandes periferias das grandes cidades. Nós precisamos, com isso, da academia, dos conselhos, do sindicato, Ubiratan, da SPU, dos movimentos para que a gente consiga fazer com que essas cidades progridam.

Uma Frente Parlamentar aqui, Antônio Carlos, você que representa a Sedur, nada mais é do que colocar isso, essas demandas numa agenda propositiva, numa agenda em que nós tenhamos foco para resolver os principais problemas que temos na Bahia: desenvolvimento das cidades de forma ambientalmente sustentável que promova e melhore a vida das pessoas.

Temos órgãos fiscalizatórios? Sim, mas temos demandas sociais muito grandes, nós temos um *déficit* não só para as cidades, como temos um déficit também de valorizar os profissionais.

A valorização da Engenharia é importante, a Engenharia, como a Medicina, como a Enfermagem, como todas as outras profissões, elas têm o seu papel técnico, mas têm um papel também social para, junto com os movimentos sociais, poderem dar as soluções para as cidades que a gente tanto deseja.

Então, quero parabenizá-la, deputada Maria del Carmen, por ser a presidenta dessa Frente que se renova, e se renova com a missão importante de ser esse ponto, e se renova num momento difícilimo. Eu chamo esse governo de um governo do desmonte. E é um governo do desmonte não porque a gente perceba isso ou porque seja de um partido ou de outro: foi o próprio presidente que disse isso.

Quando nos Estados Unidos, a frase que ele disse não foi de construção, foi: “nós, antes de construirmos, temos que destruir, desconstruir.” E uma pessoa que chega para desconstruir a primeira coisa que faz é a extinção. Defende a transparência, no entanto extingue inúmeros conselhos, dentre os quais o Conselho de Cidades. Isso é um crime! Graças a Deus, alguns partidos já entraram no STF contra a extinção...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Permita-me só mais esse minuto, deputada.

Porque extinguiram vários conselhos, conselhos esses que não estavam na Constituição. Ele não vai ter a capacidade de extinguir o Conselho de Saúde porque está com previsão legal; o Conselho de Educação porque está com previsão legal, mas o Conselho de Cidades, que foi criado por decreto, ele está destruindo.

É uma destruição que tem um alvo, que é destruir políticas que foram construídas há décadas exatamente com as expertises das instituições que nós representamos e que vocês representam nessa Mesa. Porque uma cidade inclusiva requer um cuidado especial com os mais pobres, com as populações em situação vulnerável. Uma cidade inclusiva requer o trato com a academia, de quem ele, de forma aviltante, corta 30% de uma forma persecutória.

Um presidente que não desceu do palanque, um presidente em quem eu não votei, mas, no entanto, se ele tivesse governando para todos e não para aqueles que votaram nele ele não estaria perseguindo conselhos, perseguindo as universidades e se transformando num fiscal de costumes.

Vereadora Marta, nós vivemos na cidade plural, numa cidade da diversidade, como é Salvador. Uma pessoa que diz que quer vir para cá, que venha. Se for para namorar com mulheres, quer vir atrás de mulheres, que venha. Quem não considera o turismo gay com uma forma de emprego e renda, quem não considera a cultura como uma forma, também, de gerar emprego, como uma cadeia produtiva...

Como é possível vencer o déficit que a gente tem na área da educação quando ele faz esses ministros que são duas catástrofes, pessoas que simplesmente cerceiam a liberdade de expressão dentro de uma universidade.

Enfim, deputada Maria del Carmen, são problemas que uma Frente Parlamentar em Defesa das Cidades, que é multidisciplinar...

Porque precisamos, professor Luiz, e você já fez alguns cafés da manhã que pegam, exatamente, parlamentares a apresentar essa agenda. É o que nós dizemos aqui: nesta Casa nós somos avós de muitos dos pleitos. Esses pleitos quando chegam aqui organizados numa agenda a gente consegue colocá-los para progredir. E se não conseguirmos todos, e certamente não iremos conseguir todos, pelo menos é um horizonte que a gente persegue. Porque a gente tem que perceber esses horizontes de valorizar a profissão, de valorizar as cidades, porque as políticas são feitas para as pessoas que moram nas cidades e não para o estado da Bahia, como um todo, e nem para Brasília.

Então, parabéns por essa Frente, e conte conosco. E todos vocês ajudem a deputada Maria del Carmem e a frente para que a gente toque projetos que venham aqui... Eu gosto de dizer: se um projeto é bom, vamos tocar para a frente; se é ruim algum projeto, vamos retirar. Porque existem os maus projetos que a gente pode, sem querer, ter colocado aqui.

Vamos fazer uma agenda, vamos trabalhar de mãos dadas para construir. Porque eu sei que uma frente de Engenharia é uma frente que se preocupa em construir, e construir bem. E construir bem com um governo que quer destruir requer a aliança de todos.

Parabéns, deputada Maria del Carmen, conte com a gente. (Palmas)
(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada, deputada Fabíola. Tenho a certeza de que essa Frente contará com V. Ex.^a, com sua ação e com sua força.

Passo a palavra à defensora pública Ariana de Souza Silva, representando o defensor público-geral Rafson Saraiva Ximenes.

Estamos quase concluindo. Depois dela, falta o representante do BR Cidades.

A Sr.^a ARIANA DE SOUZA SILVA: Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa da deputada Maria del Carmem, e parabenizo-a por essa iniciativa de colocar à mesa discussões tão importantes das políticas públicas de desenvolvimento urbano.

E a Defensoria vem aqui para se colocar à disposição como parceira dessas questões, principalmente porque chegam à nossa instituição questões de políticas urbanas e regularização fundiária e desde o início da nossa instituição, há mais de 30 anos, que temos um olhar diferenciado para essas questões.

É um olhar que vem para acolher essas demandas e tentar buscar soluções eficazes de uma regularização jurídica dessa demanda gigantesca que temos, hoje, na cidade de Salvador, por conta de um crescimento desordenado durante décadas e que perpassa pela ausência de uma assistência técnica que auxilie esse crescimento urbano.

Então, a Defensoria Pública já está desenvolvendo um trabalho junto, inclusive, ao professor Luís, ao CREA. Fizemos uma audiência pública para debatermos a questão e desenvolver soluções para que essa demanda possa ser sanada ao longo do tempo, porque não é uma questão fácil, não é uma questão que a gente possa solucionar de um dia para o outro. E é preciso que todos os órgãos que se interligam nessa questão possam se fortalecer e se comunicar entre si e buscar soluções efetivas para a problemática.

Então, a Defensoria Pública está aqui à disposição para contribuir no sentido de, pelo menos, minimizar uma questão tão importante dentro de uma sociedade, que é a questão fundiária.

Eu vou ser breve nas minhas saudações.

Gostei muito das falas de todos da Mesa. E essa Frente Parlamentar espero que traga discussões e soluções efetivas para que a gente possa ajudar a implementar, deputada.

Muito obrigada, vou ser breve em razão do adiantado da hora. Já está bem extenso. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada, Dr.^a Ariana.

Em sessão especial a gente não abre para o debate, mas chegaram à Mesa duas manifestações. A primeira é de Henrique Barreiros, que fala sobre algo que eu já tinha tocado aqui muito rapidamente: a questão do Conselho das Cidades. A Defensoria Pública poderia até analisar isso para nós.

O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Complementar 10.257, de 10 de julho de 2001 – esse estatuto foi aprovado por lei complementar –, estabelece no seu art. 43: (lê) *“Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:*

I - órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal...” Aí fala dos debates, das conferências de interesse urbano, da iniciativa popular de projeto de lei.

Então essa lei complementar estabelece que para garantir a gestão democrática da cidade é preciso que haja um órgão colegiado de política urbana. Só não está estabelecido que é o Conselho das Cidades, mas parece-me que essa é uma questão jurídica que poderia ser analisada com mais profundidade. Paulo, eu não sei, mas acho que isso vale para qualquer lugar do Brasil, não é?

Pois bem, é preciso analisar se, de fato, por decreto ele pode extinguir algo que já está estabelecido numa lei complementar... Pois é, Henrique, isso está exatamente nos artigos da Constituição que estabelecem a política urbana.

E a outra manifestação vem de Tikão, que pede ajuda da Frente Parlamentar sobre um espaço que eles ocupam há 14 anos, um prédio da antiga Secretaria de Finanças do Município, situado na Ladeira da Praça, nº 18. Agora existe uma solicitação da Prefeitura de Salvador para retomar o imóvel, querendo expulsar a população alegando riscos de desabamento.

Sempre houve essa história de que aquele prédio tem risco de desabamento, só que em 14 anos ainda não aconteceu. De qualquer modo, a gente não pode correr esse risco. Não sei se o Crea já fez uma inspeção – nem sei se já lhe foi solicitada – para saber se tem risco ou não. Mas destaco que lá funcionam diversos movimentos não só de habitação, como também de desenvolvimento social e outros.

Dr.^a Angela já fez até o projeto para recuperação desse prédio; ela fala da criação de um centro de referência. Mas, para isso, eles terão de lutar, na medida em que tem essa contraposição da Prefeitura, que diz que esse prédio está em risco. Então talvez o Crea pudesse ajudar nesse processo para verificar se, de fato, esse prédio está em risco ou não.

Ou então, Dr. Antônio Carlos, o próprio estado poderia analisar se esse prédio corre risco, porque, se não correr, poder se tentar conseguir...

O Sr. Dermeval Cerqueira Tikão: Estava abandonado por quase 28 anos.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pois é, estava abandonado há muitos anos.

Bom, contem com a frente. Poderíamos até promover uma reunião e convidar a Prefeitura para vir debater conosco sobre essa possibilidade. Mas seria importante já termos um parecer sobre o risco ou não desse prédio.

Já concluindo, agora falta apenas o coordenador do BR Cidade, Vinícius Rafael. Aliás, peço a paciência de vocês, pois ainda falará, muito rapidamente, o representante do governo do Estado, o chefe de gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Antonio Carlos Figueiredo.

Vinícius, por favor.

O Sr. VINÍCIUS RAFAEL: Boa tarde a todos e todas.

Gostaria de saudar a Mesa, principalmente, na pessoa da deputada Maria del Carmen, cumprimentando-a pela iniciativa de instalar essa Frente em Defesa das Cidades e das Engenharias.

Começo a minha contribuição falando que a figura da coordenação é algo extremamente simbólico. Digo isso porque o movimento que eu faço, o BR Cidades, é horizontal e constituído por diversos atores, tanto da academia quanto dos movimentos sociais. Desses, poderia destacar os grupos de pesquisa que atuam na UFBA, na Uneb, na Universidade Católica; todos eles contribuíram muito para que a gente conseguisse montar o nosso núcleo local, o Núcleo Salvador.

É uma iniciativa que nasce nacionalmente, no âmbito da Frente Brasil Popular, e o objetivo maior dela é continuar ou reiniciar a luta por cidades mais justas. A gente sabe que vem de um processo. A nossa luta dos anos 70, 80 culminou na conquista de um marco regulatório, o Estatuto da Cidade, estabelecido nos Capítulos 182 e 183 da Constituição Federal, que foram fundamentais para a gente conseguir institucionalizar mecanismos de luta por cidades mais justas.

Mas o BR Cidades surge da constatação de que só o institucional não é suficiente. Precisamos retomar o trabalho de base, precisamos chegar perto da população e desenvolver uma agenda que seja propositiva para a realidade das cidades brasileiras.

Queria destacar a atuação dos outros companheiros de núcleo, como a professora Angela, que está aqui presente; o professor Luís, que aqui estava; Bira, pelo Senge. Enfim outras pessoas também estão colaborando com essa construção.

E devo dizer que o nosso horizonte mais imediato, no momento, é a construção de uma agenda urbana, que a gente pretende lançar até agosto, que reúna essas proposições. O objetivo é essa agenda ser um subsídio para as candidaturas progressistas nas eleições municipais do próximo ano.

Então é importantíssimo contar com o apoio dessa Frente Parlamentar que a deputada está iniciando neste momento. E também queremos nos colocar, falo aqui em nome do grupo, à disposição para contribuirmos dentro dessa luta, que é muito árdua e muito grande.

Nesse sentido, vou comunicar que o nosso fórum será realizado nos dias 2, 3 e 4 de agosto deste ano, em São Paulo. É importante contar com a presença de todos os que puderem ir. Esse fórum será divulgado no nosso site, o BR Cidades.org. Vale a pena acessar, pois já temos um manifesto construído. É interessante que todos leiam, se apropriem e enviem suas propostas.

A gente tem esses canais de comunicação; o e-mail do Núcleo Salvador é o bahia@brcidades.org. Será interessantíssimo se a gente receber contribuições de todos aqui presentes, para que a gente possa enriquecer e ampliar esse trabalho. Um horizonte maior, como eu falei, é a conquista de uma cidade mais justa para todos, economicamente dinâmica, ambientalmente sustentável. Por isso, a gente precisa juntar a força de todo mundo que possa se somar a essa luta.

Nesse sentido, eu queria aproveitar este lugar de fala que me foi cedido nesta Casa para também manifestar a minha saudação aos professores da Universidade do Estado da Bahia, que estão há 23 dias em greve. (Palmas) Quero dizer que a gente não constrói cidades mais justas sem investimento na educação pública de qualidade.

Sou da Universidade do Estado da Bahia, onde estou concluindo o curso de bacharelado em Urbanismo. Como disse, estou concluindo, mas tem vários estudantes que estão iniciando o seu processo de formação e precisam de investimento em educação pública de qualidade. A Uneb é a primeira universidade a pensar o urbanismo de forma autônoma; a gente vem numa luta de 24 anos dentro do curso e também das outras graduações. Temos lá o curso de Engenharia e outros voltados para as Ciências Sociais e Ciências Aplicadas, todos essenciais para a gente pensar outra realidade para as nossas cidades.

Bom, eu acho que era essa a nossa contribuição. Terminando dizendo mais uma vez que nos colocamos à disposição desta Casa e, especificamente, dos trabalhos da deputada Maria del Carmen.

Agradeço pela oportunidade de estarmos aqui hoje. Obrigado. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Obrigada, Vinícius.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o Dr. Antônio Carlos Figueiredo Dultra, que representa neste ato o governador do estado.

O Sr. ANTÔNIO CARLOS FIGUEIREDO DULTRA: Boa noite a todos e a todas.

Quero saudar a Mesa na pessoa da deputada Maria del Carmen. Também saúdo a Sr.^a Marli, que conheci num evento do ConCidades, onde ela estava como representação da população, das entidades de direito civil; e todos que estão aqui participando. Agradeço por terem ficado até este momento, mas que possam compartilhar com os seus amigos e com as suas entidades as ideias que a gente teve o prazer de escutar aqui.

Bem, primeiro eu quero agradecer e dizer que estou honrado, porque no primeiro momento eu viria representar o secretário Sérgio Brito, mas, por causa da agenda provocada pela Sedur, tanto o governador quanto ele tiveram de permanecer na Governadoria, onde eles autorizaram ordens de serviço de 21 obras de pavimentação no interior do estado... São emendas parlamentares dos deputados federais que estavam presas, e aí, já por iniciativa do secretário – que é deputado licenciado e tem essa sensibilidade –, a gente conseguiu liberar algo em torno de R\$ 6

milhões de recursos federais. (Palmas) São emendas de 2016 de vários deputados, como Afonso Florence – não tem nenhuma do nosso secretário –, Solla e outros mais.

Bem, por isso eles não puderam estar aqui, e eu tive a honra dobrada de ser indicado também pelo governador para falar aqui tanto pela Sedur quanto pelo governo como um todo.

Quero dizer que eu e o secretário não temos nem 60 dias – aliás, eu tenho 60; ele tem menos – de secretaria. O secretário, repito, que é um deputado federal licenciado – já está no seu 6º mandato –, é um parlamentar expressivo. E esta é a primeira oportunidade que eu estou tendo de trabalhar na área pública. Já trabalhei durante 4 anos numa empresa pública, a Prodeb, onde fui diretor, mas a natureza de uma secretaria é totalmente distinta pela dimensão do resultado e das entregas que se pode fazer e pela dimensão de assuntos.

A Sedur tem a missão de atender três áreas estratégicas do estado, eu diria quatro áreas. A primeira é a mobilidade urbana; a segunda é a habitação, há uma superintendência que cuida desse assunto; a terceira é a gestão territorial, que também tem uma superintendência. E nela tem um quarto segmento, que foi para a SIHS quando foi feita a reforma, mas ficou com a gente, já que o conceito de saneamento no Brasil é mais amplo, não é somente água e esgoto, contempla também a parte de resíduos sólidos.

A gente fica contente porque, na posse do secretário Sérgio Brito, o governador foi incisivo e disse que contaria com ele, esperando que pudesse dar efetividade a muitos projetos da secretaria. Ao mesmo tempo, ele nos deu essa missão relacionada aos resíduos sólidos, que é uma questão séria. No estado da Bahia, mais de 85% do seu resíduo são jogados como lixo. Então precisa se fazer alguma coisa; é fundamental sair do discurso. E já há muitos projetos nesse sentido.

E a gente já tomou a iniciativa. Como secretaria, quero dizer que a nossa expectativa é apresentar, ainda neste primeiro semestre, um plano, um esboço de um plano de resíduo sólido para o estado. Há a proposta de fazer uma PMI regionalizada para se resolver esse problema definitivamente, acredito, usando a iniciativa privada, já que não se tem recursos para se resolver um problema de tamanha dimensão.

Mas isso deve acontecer, tendo em vista que está dentro do escopo. Já conversamos com o deputado e com o Ministério Público, vamos usar a UPB e, certamente, esta frente daqui será chamada, porque a gente quer mostrar que a questão do resíduo sólido é um problema sério das cidades. O resíduo sólido urbano é um problema gravíssimo, e estamos com um projeto para apresentar.

Bem, vou tentar ser curto por causa do tempo, mas quero ainda frisar, até porque estou aqui também representando o governador, o quanto o governo do estado realizou em mobilidade. Aqui na capital, muita gente pensa que algumas obras feitas na Salvador antiga, como se diz, são da Prefeitura, mas são do Estado. Tem um programa de obras, por exemplo, de recuperação de ruas, de passeios, enfim, de áreas de importância urbana, que estão sendo ou já foram feitas pelo Estado.

Até estive aqui, no ano passado, a nossa superintendente Graça Gomes, para falar sobre dois grandes programas rodoviários: a Avenida 29 de Março, que é a

chamada Linha Vermelha, que teve mais uma parte inaugurada no dia 6 de abril, que ligará em 15 minutos a BR-324 à orla de Salvador; e outra também muito importante, a Linha Azul, que vai ligar a orla até o Subúrbio de Salvador. Essa obra já está praticamente pronta.

E o metrô, que está em plena operação, já tem mais de 370 mil pessoas circulando por dia; a meta que se tem é de 500 mil. Também foi assinado o contrato do VLT do Subúrbio, que a gente acredita que até setembro o canteiro de obras esteja pronto. Serão 20 quilômetros que ligarão o Comércio de Salvador até a Ilha de São João, que fica em outro município, Simões Filho.

Por último, destaco a licitação, que já aconteceu, para o chamado Tramo 3 do metrô, que sairá de Cajazeiras e vai até Águas Claras, onde futuramente será a rodoviária de Salvador.

Fora essas obras, eu queria dizer que percebo que essa frente vai ser importantíssima. Até porque, como o deputado Paulo Teixeira colocou muito bem, o ministro que está hoje no Ministério de Desenvolvimento Urbano não tem conhecimento para conduzir a grandeza do que é esse setor. Não é que ele não seja preparado, é que conhecimento se constrói e é preciso tempo para isso.

Temos superintendências especializadas na nossa secretaria, acredito que o conhecimento virá, tanto para mim quanto para o secretário, da soma de quem vive o problema, de que conhece as cidades. E quero pedir o apoio, já que me foi dito pela Sr.^a Micau quando uma comissão nos visitou, para o segundo seminário deste ano, que vai acontecer nos dias 16 e 17.

Vamos discutir nesse evento, como disse a Dr.^a Ariana, a importância da regularização fundiária. E já convido para a plenária do ConCidades, que acontecerá no dia 17, no auditório da Sedur. Também convidaremos a UPB, que está muito preocupada com esse tema, para ouvir o que será debatido nessa plenária. No dia anterior, na véspera, uma câmara discutirá isso, para vermos como efetivamente podemos atuar de forma rápida na questão da regularização fundiária.

Esse é um programa que o secretário Sérgio colocou como prioridade, até porque, a princípio, não é caro e é rápido de se realizar. Também já falamos da parte dos resíduos sólidos, que vai ser um programa importante. Para a parte de habitação nós temos uma superintendência que está neste momento debruçada sobre como viabilizar programas nestas três linhas: regularização fundiária; habitação – já estamos buscamos recursos federais, na medida em que o Estado não tem dinheiro suficiente para um programa dessa monta e importância. E o foco é moradias de interesse social, aquelas moradias que atendem a população de até três salários mínimos, como a Sr.^a Marli falou...

Estamos nessa expectativa. A orientação do governador é seguirmos isso de forma efetiva. É importante dizer que estamos fugindo, no máximo possível, do que é burocracia, do que é política. Teremos 4 anos de secretaria, e o secretário é muito rápido. Eu também vivi 20 anos de empresa privada, a minha formação é economia, mas trabalhei dirigindo uma empresa de projetos de saneamento e sei o quanto a Engenharia e a Arquitetura são fundamentais.

Até queria propor – falando, acho, em nome do secretário, pois ele me autoriza – que a gente faça, usando talvez essa frente, o que foi proposto: unir as escolas de Engenharia com o estado. Aí é possível que seja necessária a participação da Defensoria e da PGE. Nesse sentido, a Assembleia é fundamental para a gente ver como desburocratizar o que for possível. Quem sabe, a gente pudesse dar recursos para que as associações, juntas com os conselhos e a universidade, pudessem fazer obras. Isso no interior, já que agora há muitas universidades na Bahia.

Pois bem, assim poderíamos nos unir para efetivamente fazer obras, talvez, até em mutirão. Poderíamos, por exemplo, recuperar casas que hoje correm risco, principalmente, como o Sr. Ubiratan disse, por causa da verticalização das moradias. Esse é um problema, já que todo mundo se considera engenheiro de obras prontas e fica sugerindo coisas.

Então há esse hábito de não se buscar a engenharia para construção de andares. As pessoas acham que conseguem subir um, dois, três pavimentos sem apoio técnico. Considero muito mais importante do que construir, como foi dito aqui, é criar um ambiente para que as pessoas morem. Mas só acredito nisso se a sociedade estiver presente.

Como nas escolas, nenhum programa vai funcionar sem a participação da sociedade. O país não tem recursos, por isso é preciso unir forças. O pouco recurso que existe deve ser muito bem aplicado. Se conseguirmos fazer isso... a secretaria está à disposição, temos conversado, dialogado com todos. Também existe nesta Assembleia uma comissão que trata do desenvolvimento urbano.

No mês de março houve uma reunião do ConCidades, na qual estiveram presentes o deputado Robinson, a deputada Maria del Carmen, a deputada Fabíola Mansur. Eles, preocupados com essa questão, conversaram com o secretário – eu não estava presente – e foi acertado que buscaremos convergir para que isso seja feito.

Pois bem, coloco a Sedur à disposição. E o nosso compromisso é de sermos rápidos; precisamos sair, digamos, do discurso e partir para a prática. Mas só acredito nisso se conseguirmos unir a Academia, as instituições de regulação, os poderes complementares, a Assembleia, a Defesa Civil, o Ministério Público. Assim, acho que conseguiremos avançar muito mais rapidamente.

Era isso o que eu queria dizer. Boa noite. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Já concluindo, tendo em vista o adiantado da hora, passo a palavra a Martinho, que pediu para ler uma poesia. Você ainda quer ler a poesia, Martinho?

Depois de Martinho, encerraremos com o Hino da Bahia.

O Sr. MARTINHO: Boa tarde a todos e todas.

Inicialmente, parabenizo a deputada Maria del Carmen. Saúdo Marli Carrara, do Movimento da União; Rita Sabadeli e o meu camarada do MDMT, Tikão.

É rápido: (lê) “*Meu coração está aos pulos!*”

Quantas vezes minha esperança será posta à prova?

Por quantas provas terá ela que passar? Tudo isso que está aí no ar; malas, cuecas que voam entupidas de dinheiro, do meu, do nosso dinheiro que reservamos duramente para educar os meninos mais pobres que nós, para cuidar gratuitamente da saúde deles e dos seus pais, esse dinheiro viaja na bagagem da impunidade e eu não posso mais.

Quantas vezes, meu amigo, meu rapaz, minha confiança vai ser posta à prova?

Quantas vezes minha esperança vai esperar no cais?

É certo que tempos difíceis existem para aperfeiçoar o aprendiz, mas não é certo que a mentira dos maus brasileiros venha quebrar no nosso nariz.

Meu coração está no escuro, a luz é simples, regada ao conselho simples de meu pai, minha mãe, minha avó e os justos que os precederam: ‘Não roubarás’, ‘Devolva o lápis do coleguinha’, ‘Esse apontador não é seu, minha filha’. Ao invés disso, tanta coisa nojenta e torpe tenho tido que escutar.

Até habeas corpus preventivo, coisa da qual nunca tinha visto falar e sobre a qual minha pobre lógica ainda insiste: esse é o tipo de benefício que só ao culpado interessará. Pois bem, se mexeram comigo, com a velha e fiel fê do meu povo sofrido, então agora eu vou sacanear: mais honesta ainda vou ficar.

Só de sacanagem! Dirão: ‘Deixa de ser boba, desde Cabral que aqui todo mundo rouba’ e vou dizer: ‘Não importa, será esse o meu carnaval, vou confiar mais e outra vez. Eu, meu irmão, meu filho e meus amigos, vamos pagar limpo a quem a gente deve e receber limpo do nosso freguês. Com o tempo a gente consegue ser livre, ético e o escambau.’

Dirão: ‘É inútil, todo o mundo aqui é corrupto, desde o primeiro homem que veio de Portugal.’

Eu direi: Não admito, minha esperança é imortal.

Eu repito, ouviram? Imortal! Sei que não dá para mudar o começo mas, se a gente quiser, vai dar para mudar o final!” (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Muito bem, Martinho. Martinho faz parte do Fórum de Pós Ocupação e está sempre presente lá.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Agora, convido todos os presentes para ouvirmos a execução do Hino da Bahia.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): ao CREA por também ter contribuído, agradeço a presença de todos os representantes dos diversos órgãos que aqui estão, não vou repetir pelo adiantado da hora.

Em nome da Assembleia Legislativa da Bahia, em nome de Deus, que nos guia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.